



# **“Fortalecendo a Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil para o Empoderamento e Responsabilização Social: pesquisa-acção com organizações do movimento das mulheres em Moçambique”**

**Relatório de Pesquisa**

**Autoras:** Aldovanda Djive, Elina Milambo, Júlia Mphumo, Kátia Taela, Maira Solange, Rebeca Mabui, Salomé Massinga e Withney Sabino

**Com apoio de:** Alex Shankland, Nzira de Deus e Solange Rocha

**Dezembro de 2018**



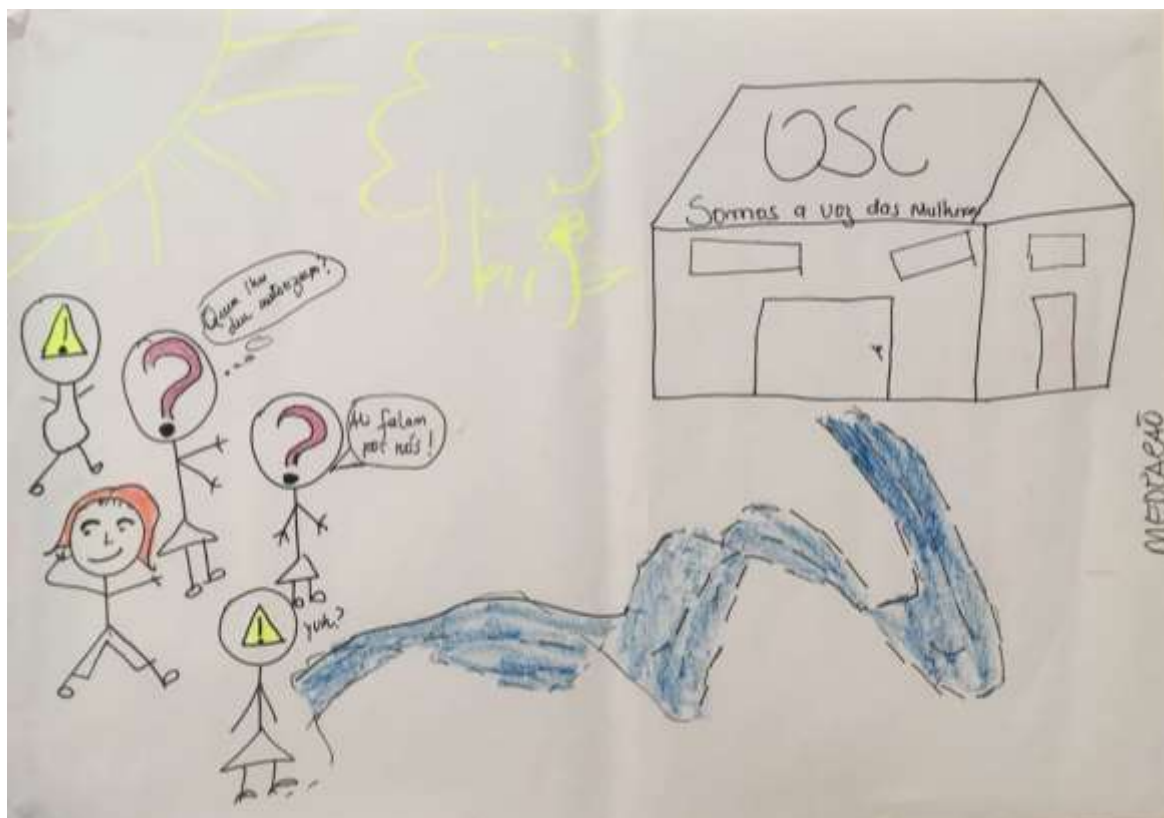
## **Fórum Mulher**

O Fórum Mulher é uma Rede Feminista, nacional, que congrega organizações que lutam em defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e pela Igualdade de Género. Criada há 25 anos, o Fórum Mulher tem sido uma referência na sociedade moçambicana, através das suas acções de advocacia para promover mudanças a nível das leis e políticas públicas, das instituições bem como nas vidas das mulheres, individualmente e colectivamente. O Fórum Mulher é constituído por um Gabinete Executivo - que tem coordenado e implementado acções directamente - por organizações membros, parceiros e por Fóruns de Associações Femininas, em criação e desenvolvimento ao nível das províncias. Totalizando 93 instituições afiliadas, sendo 62 membros efectivos e 32 membros não efectivos distribuídas em quatro categorias: membros efectivos, são as organizações nacionais e individualidades nacionais; membros não efectivos que são as organizações internacionais e instituições governamentais, individualidades estrangeiras; membro honorários e membro fundador. Os Fóruns ou Núcleos provinciais em Tete (NAFET), Zambézia (NAFEZA), Niassa (FOFEN) e Inhambane (FAFI). E as restantes províncias tem associações singulares. O Fórum Mulher tem estabelecido parcerias e ligações com outras redes e movimentos a nível nacional, regional e internacional o que tem ampliado o seu escopo de intervenção geográfica e o impacto das suas acções. É membro dos seguintes mecanismos regionais e globais: MMM (Marcha Mundial das Mulheres), SOAWAR e FEMNET.

## **Instituto de Estudos de Desenvolvimento IDS**

O Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS) é uma organização global de pesquisa e aprendizado para mudanças equitativas e sustentáveis. Em parceria com a Universidade de Sussex, a IDS é classificada em primeiro lugar no mundo em estudos de desenvolvimento pelo QS University Rankings. Acreditamos apaixonadamente que a pesquisa de ponta, o conhecimento e o aprendizado mútuo são cruciais para moldar as transformações necessárias para reduzir as desigualdades, acelerar a sustentabilidade e construir sociedades mais inclusivas e seguras. Em linha com nossa abordagem de excelência envolvida, estamos comprometidos em colaborar estreitamente com a sociedade civil local, governos, ONGs internacionais, cidadãos, doadores e muitos outros para realizar essa mudança positiva. A IDS tem trabalhado com parceiros para lidar com desafios complexos de desenvolvimento dessa forma desde 1966. Nossa parceria com a Universidade de Sussex apóia e credencia nossos programas de mestrado e doutorado. Também oferecemos uma variedade de cursos de desenvolvimento profissional baseados em temas e abordagens, jornadas de aprendizado e aprendizado online e combinado. Através de nossa oferta de aprendizado, buscamos fortalecer as habilidades e capacidades daqueles que já trabalham no setor de desenvolvimento, bem como fomentar uma nova geração de líderes de pensamento, política e prática de desenvolvimento. O IDS publica uma ampla gama de produtos de alta qualidade e alto impacto, incluindo nossa principal publicação, o Boletim IDS, uma revista de acesso aberto e revisão por pares que explora os desafios emergentes do desenvolvimento internacional. O Instituto é o lar de mais de 200 funcionários e 200 estudantes de cada vez. Mas a comunidade da IDS se estende muito além, abrangendo uma extensa rede global de mais de 360 parceiros, 3.000 ex-alunos e centenas de ex-funcionários

Para mais informação visite : [www.ids.ac.uk](http://www.ids.ac.uk).



Fonte: Desenho feito por Witney Sabino durante oficina de escrita no âmbito desta pesquisa-ação.



### **Agradecimentos**

Ao grupo de referência e as mulheres que aceitaram conversar connosco durante as micro-acções, ao IDS (Institute of Development Studies), em especial a Kátia Taela por todo o apoio técnico na condução da pesquisa acção e as companheiras Elina Miambo, Witney Sabino, Maria Salomé, Aldovanda Djive e a Rebeca Mabui pela entrega e dedicação, juntas conseguimos ultrapassar barreiras de língua e escrita, que nos permitiu romper preconceitos e desenvolver novas formas de escrita.

## Sumário

Esta pesquisa tinha como objectivo contribuir para ampliar o debate sobre Legitimidade e representação nas organizações da sociedade civil, tomando como referência uma micro intervenção com o Fórum Mulher e seus membros. Para entender em que medida a nível discursivo e prático as organizações, estão a gerar mudanças nas relações que estabelecem com o Governo e com as/os cidadãs/os. O nosso trabalho foi orientado pela seguinte questão: em que medida a mediação das organizações do movimento de mulheres é uma forma de representação política efectiva e inclusiva? Seguida de três sub questões: a) Qual o papel das organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres em mediar a relação entre as mulheres e raparigas e o Estado em Moçambique? b) Quais os mecanismos de diálogo entre as organizações de mulheres e os grupos que representam e de construção da sua agenda? c) Que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles? A mediação exercida pelas organizações de mulheres tem resultado num maior reconhecimento público dos direitos das mulheres junto das instituições do Estado, mas é fraco no diálogo com as representadas, situando-se no nível mais de acções por projecto, onde a provisão de serviços ocupa mais espaço em detrimento das questões políticas. Em alguns casos, as organizações substituem o Estado nas questões assistencialistas, por outro lado, a representação é claramente afectada pela manutenção de privilégios de algumas lideranças que criam organizações para manterem-se no poder, e usando-as como trampolim, vão saltando de uma para outra, apenas trocam de posições de poder. É importante que as organizações definam os mecanismos de diálogo a todos os níveis para permitir que a voz das representadas seja parte da construção colectiva.

**Palavras-chave:** Representação, legitimidade, movimento de mulheres, Moçambique

## Perfil das pesquisadoras

**Aldovanda Djive** é feminista e activista LGBT, é ponto focal Nacional de Mulheres Lésbicas e Bissexuais na Lambda. Estudante de Direito no Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique. A sua luta consiste no reconhecimento de direitos e escolhas das minorias sexuais concretamente das mulheres lésbicas e bissexuais

**Elina Milambo**, tem 29 idade e é estudante da 11ª classe. Trabalha na associação Abevamo, desde Abril de 2017, como Educadora de Pares, onde faz sensibilização para mudança de comportamento e sensibilização para testagem ao HIV. Elina decidiu tornar-se educadora de pares porque viu a necessidade de apoiar as suas pares no uso correto e persistente do preservativo como forma de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV. Decidiu fazer parte da pesquisa-acção porque queria saber mais sobre si e sobre o seu trabalho para poder ajudar o próximo.

**Júlia Mpfumo**, tenho 39 anos de idade e sou trabalhadora no Fórum Mulher desde 2010 como Coordenadora de Fortalecimento Institucional e Formação. Bacharel em Ciências Jurídicas e pós graduada em Gestão e Desenvolvimento Sustentável. Juntei-me ao Fórum Mulher pela causa dos direitos das mulheres e dar o meu contributo para um mundo sem violência. Participei da pesquisa, porque pela função que ocupo na organização era estratégico ser eu a participar, mas ao mesmo tempo fui-me envolvendo mais e ganhei gosto em fazer pesquisa, porque é uma pesquisa “diferente”, pude participar na pesquisa desde o processo inicial até ao final daí estar apaixonada por pesquisa-acção mais principalmente pelo método adoptado de nos fazer sujeitas activas e pelo tema que é menos discutível nas OSC.

**Katia Taela** é antropóloga feminista e trabalha como consultora de pesquisa. Foi membro da equipa IDS que prestou assistência técnica ao Programa de Envolvimento do Cidadão (CEP) em Moçambique, como consultor de Parcerias e Advocacia. Seus interesses de pesquisa se relacionam com a ação (in) formal do cidadão, as relações Estado-cidadão, a política feminista e as relações Sul-Sul; sua pesquisa de doutorado examinou as interações pessoais e profissionais entre profissionais brasileiros e moçambicanos que trabalham para uma organização não governamental internacional e um movimento feminista transnacional. Kátia trabalhou anteriormente como consultora para várias organizações bilaterais e multilaterais, governamentais e não-governamentais, em questões relacionadas a iniciativas de influência de políticas da sociedade civil. Atualmente, ela está coordenando o projeto “Fortalecendo a legitimidade das organizações da sociedade civil para empoderamento e prestação de contas: uma ação que aprende o processo de acompanhamento com organizações do movimento de mulheres em Moçambique”, financiado pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), liderado pelo programa de pesquisa Action for Empowerment and Accountability. IDS

**Maira Solange Hari Domingos** é coordenadora do Programa direitos sexuais e direitos reprodutivos e educação não sexista no Fórum Mulher, licenciada em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane, orientação em População e Desenvolvimento. Participou do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na Universidade Católica de São Paulo (2007) e colaborou com a Conectas Direitos Humanos no Brasil na elaboração do Manual de Referência sobre o “Direito à Saúde da Mulher Negra” é co-autora do livro “Tradição, Cultura e Género nos programas de Desenvolvimento” uma produção do Fórum Mulher (2008). E fez parte da equipa de pesquisa do relatório sobre o “Desafio do Sida nas suas dimensões socioeconómicas, culturais e políticas entre Brasil, África do Sul e Moçambique, 2011-

2012”. Na sua actuação como feminista, tem buscado melhorar a compreensão sobre as dinâmicas das relações de poder com enfoque: sexualidade feminina, direitos sexuais, direitos reprodutivos, cultura, tradição, cidadania, movimentos sociais, movimento feminista, movimento de mulheres.

**Withney Osvalda Mateus Sabino**, 23 anos, jovem feminista; activista e violoncelista. Graduanda em ciência política pela Faculdade de letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Frequentou o Curso “Epistemologias do Sul” no Centro de estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Tem frequentado seminários de metodologias de pesquisa em género dentro da UEM, mas também no Kenya, África do Sul, Espanha e Portugal. Actualmente é pesquisadora-assistente no projecto “Diálogos em confronto: Trajetórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP: Guiné Bissau, Cabo Verde e Moçambique” financiado pelo CODESRIA. Participa como co-pesquisadora da pesquisa-acção “Fortalecendo a legitimidade e representação das organizações da Sociedade Civil” uma parceira do IDS- Universidade de Sussex com o Fórum Mulher. É Secretária da coordenação geral do Mundos de Mulheres 2020.

Como violoncelista fez parte da Orquestra da UEM (2012-2017), toca como convidada da orquestra da Escola de Comunicação e Artes e fundou o quinteto de cordas feminino *Modus Vivendi*.

Algumas publicações de que participa: “*Cidades Seguras, Livres de Violência contra Mulheres e Raparigas*” da ONU MULHERES 2016; “*Inclusão Da Mulher Na Esfera Socioeconómica: Concessão De Crédito Bancário Às PMEs Das Mulheres Avicultoras No Município Da Matola*” CeCAGe-UEM e Cooperação Italiana. Autora da biografia “Vivencias que inspiram” trajetória de vida de Marina Pachinuapa, antiga combatente da luta armada e coronel na reserva. “*Dicionário de termos musicais*” Imprensa Universitária-UEM.2018

**Áreas de interesse:** feminismos africanos, juventude, participação política e cidadania.

**Maria Salomé Massingue**, tem 30 anos de idade e trabalha na N’weti- Comunicação para Saúde desde o ano de 2014 como Conselheira da Plataforma de Mensagens. Juntou-se a N’weti com intuito de profissionalizar sua área de trabalho de área de Saúde Sexual e Reprodutiva que é a sua maior paixão. Tem contribuído para tornar a informação sobre diversas temáticas ligadas a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos para os adolescentes Jovens em particular articulada numa abordagem de género mais acessível as adolescentes e como integrantes das organizações que trabalham na área dos direitos humanos de forma a ampliar o conhecimento e criar consciência sobre a importância dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Juntou-se à pesquisa sendo a N’weti membro do Fórum Mulher e como ponto focal para o Fórum Mulher para aumentar seu conhecimento sobre representação e legitimidade ao longo da pesquisa identificou-se com a mesma por seu pesquisa acção ao permitir implementar actividades e melhorar como forma não só de conhecer mais os processos sobre representação e legitimidade mas também como espaço de dar contributo para melhorar as acções com as integrantes das organizações envolvidas em estudo.

**Rebeca Mabui**, é uma mulher camponesa, residente no distrito da Manhica é membro da AMUDEIA (Associação das Mulheres desfavorecidas da Manhica) e do FOMMUR (Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais) a sua afirmação política, vem das suas lutas quotidianas pelo acesso a terra, por sementes orgânicas, pelos métodos ecológicos de produção. É no enfrentamento que faz contra os projectos estatutis e privados que degradam o meio ambiente e colocam em causa a sustentabilidade das famílias, ela ganhou legitimidade junto das mulheres rurais para representá-las. Ela é a voz das mulheres rurais.



## **Abreviaturas**

ABEVAMO – Associação das Mulheres de baixa renda , pessoas vivendo com HIV/Sida e trabalhadoras de sexo

AMUDEIA- Associação das Mulheres Desfavorecidas da Manhica

LAMBDA- Associação das Minorias Sexuais

FOMMUR- Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais



## Tabela de conteúdos

1.Introdução.....	11
1.1 Relevância do estudo .....	11
1.2 Quadro Analítico .....	12
1.3 Processo metodológico: flexibilidade e inovação .....	15
2.1 Primeiro ciclo .....	16
2.1.1 Participantes e actividades .....	16
2.1.2 Oficina de discussão dos resultados emergentes .....	16
2.2 Segundo ciclo .....	17
2.2.1 Participantes: perfil das organizações .....	17
2.2.2 Micro-acções & Reflexões.....	18
2.2.3 Roda de leitura.....	18
2.2.4 Oficina de escrita .....	19
2.2.5 Limitações da pesquisa: .....	19
3. Análise dos resultados/Principais Constatções.....	19
a. Subcontratadas para provisão de serviços .....	19
b. Advocacia e campanhas públicas.....	21
c. Assistência técnica.....	21
d. Mobilização para a acção colectiva .....	22
3.2 Representação da sociedade civil em espaços convidados .....	23
3.3 Quais os mecanismos de diálogo e de construção da sua agenda entre as organizações de mulheres e os grupos que representam? .....	25
a. Mecanismos de diálogo e construção de agenda centrados em organizações e em seminários .....	25
b. Interações com mulheres e raparigas centradas na “educação/sensibilização”, provisão de serviços e busca de aliadas para agendas.....	26
c. Ênfase no levar informação para as mulheres representadas do que destas para os espaços de participação. ....	27
3.4 Que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles? .....	28
a. Problematizando - legitimidade como uma faca de dois gumes .....	28
b. Organizações feministas versus organizações de mulheres .....	28
c. Profissionalização das ONGs, dinheiro, credibilidade e desigualdades sociais.....	29
3.5 Reafirmando o seu compromisso como rebatamento de críticas.....	30
a. Elevada mobilidade/transitabilidade das pessoas (sociedade civil, Estado, doadores) .....	31



c. Distanciamento em relação aos cidadãos e cidadãs .....	32
3.6 Hierarquia, autoridade, burocracia, relações desiguais de poder nas organizações .....	33
a. Tensão entre falar pelas mulheres e criar condições para as mulheres falarem em primeira pessoa .....	34
b. O lugar dos homens (e organizações de mulheres geridas por homens).....	35
c. Legalização e legitimidade .....	36
d. A geografia da legitimidade .....	37
4. Conclusões e Recomendações .....	38
5.Referências Bibliográficas .....	39

## 1. Introdução

O presente documento descreve os objectivos, metodologia e resultados da pesquisa “Fortalecendo a Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil para o Empoderamento e Responsabilização Social: Pesquisa-acção com organizações do movimento em prol dos direitos das mulheres em Moçambique”. A pesquisa-acção resulta de uma parceria entre o Fórum Mulher, uma rede feminista moçambicana e Instituto de Estudos de Desenvolvimento, da Universidade de Sussex, no Reino Unido, no âmbito do programa de pesquisa “Acção para o Empoderamento e Responsabilização Social”, *Action for Empowerment and Accountability* coordenado pelo IDS, que envolve Egipto, Mianmar, Moçambique, Nígeria e Paquistão. O programa de pesquisa Acção para o Empoderamento e Responsabilização Social visa responder a pergunta *de que maneira e em que condições a acção social e política contribuem para o empoderamento e responsabilização social em contextos de fragilidade, violência e conflito?* O presente estudo explora esta questão a partir de uma análise das OSCs que trabalham em prol dos direitos das mulheres. Concretamente, o estudo investiga em que medida as acções empreendidas por estas organizações lidam com questões de representação política e inclusão e que formas de (des) empoderamento e responsabilização social emergem das mesmas.

### 1.1 Relevância do estudo

Analisar o papel das organizações da sociedade civil (OSCs) na mediação entre os cidadãos e o Estado e se está constitui uma forma efectiva e inclusiva de representação política ou extensão de processos de captura de elites e clientelismo é crucial para a compreensão de processos de promoção do empoderamento e responsabilização social, em contextos de fragilidade e pós-conflito. A maioria dos estudos sobre movimentos sociais serem sobre países de rendimento médio e contextos com instituições democráticas relativamente consolidadas; há muito menos literatura sobre contextos de pós-conflito, de baixa renda, dependentes de ajuda externa e com regimes políticos autoritários.

As OSCs em Moçambique tem assumido a identidade de representantes de grupos específicos ou da população como um todo, num contexto em que a representação através dos partidos políticos é problemática e em que estruturas representativas com base na classe e ocupação, tais como os sindicatos, possuem muito pouca autonomia em relação ao governo. Este papel de representação por parte das OSCs é cada vez mais posto à prova, pelo actual clima de tensão entre actores da sociedade civil e o governo, exacerbado por ataques violentos as vozes mais críticas ao partido no poder, Frelimo. As OSCs têm sido acusadas de representarem os interesses de “agentes externos”, como resultado da sua dependência ao financiamento externo, pondo em causa o seu direito de falar em nome das cidadãs e cidadãos moçambicanos, especialmente quando esse direito é também exigido pela Frelimo, devido a sua história e origem no movimento de libertação, contra o colonialismo Português. O défice de prestação de contas às constituências (*downward accountability*), incluindo aos membros das organizações e associações-membro, no caso de plataformas e redes, tem sido frequentemente referido nos estudos sobre governação e CSOs em Moçambique.

O contexto do surgimento das ONGs em Moçambique, muito marcado pelos projectos de ajuda ao desenvolvimento e o facto de, até muito recentemente, o financiamento externo às ONGs ter-se concentrado no apoio a iniciativas assistencialistas e na provisão de serviços, negligenciando outras formas de acção social, política e económica, contribuiu para a criação de uma cultura de fazer coisas “para” ao invés de “com” as cidadãs e cidadãos. Actualmente, há cada vez mais doadores a financiarem iniciativas que visam influenciar políticas e monitorar a sua implementação, das quais resultaram leis e políticas mais progressivas e inclusivas. Contudo, há muito menos apoio para iniciativas que visam



capitalizar o potencial inexplorado de parcerias entre as ONGs e as cidadãs e cidadãos, para garantir a implementação das políticas e leis existentes.

Os esforços discursivos de algumas organizações, tais como, a União Nacional dos Camponeses (UNAC) e o Fórum Mulher (FM), entre outras, para se distinguirem de outras OSCs, através da ênfase

nos termos “movimento”, “activista” e “construção de sujeitos políticos”, assim como, da adopção de formas de acção social e política mais contestaria, são de certa forma novos no panorama da sociedade civil moçambicana e tornam urgente o aprofundamento da discussão sobre representatividade, legitimidade e prestação de contas. Compreender as mudanças na forma como estas organizações veem e apresentam-se e a maneira como enfatizam a acção colectiva pode fornecer subsídios importantes sobre a importância atribuída a distância/proximidade entre as OSCs e as cidadãs e cidadãos, referida na literatura sobre Moçambique. Esta pesquisa pretendia contribuir para o actual debate, em Moçambique sobre: i) as fontes de legitimidade das OSCs engajadas em acção social, política e económica com vista ao empoderamento e responsabilização social; ii) se uma organização precisa de uma constituição como pré-requisito para poderem fazer *lobby* e advocacia, incluindo intervir em processos de formulação de políticas; e iii) que vozes e interesses estas organizações devem/podem representar.

Esta pesquisa-acção visava investigar em que medida as mudanças discursivas em algumas OSCs se tem traduzido em novas maneiras de trabalhar e interagir com as cidadãs e cidadãos e organizações de base, através de uma micro-intervenção com o Fórum Mulher e algumas das suas organizações-membro. Pretendíamos assim analisar as implicações da ênfase discursiva na construção de sujeitos políticos e consciência crítica para o empoderamento, identificar que coletivo está a ser formado através do trabalho de consciencialização do Fórum Mulher, e em que medida este resulta em acção social e política colectiva. Queríamos compreender em que medida o feminismo possibilita a emergência de um movimento inclusivo, que integra diversas classes sociais, orientações sexuais e afiliações partidárias, grupos e instituições informais, assim como acções colectivas que não são necessariamente formuladas em linguagem feminista. Um elemento importante desta análise foi descortinar as tensões entre acção social e política profissionalizada e voluntária. Dados os desafios do actual contexto moçambicano, o estudo prestou ainda atenção aos efeitos do fechamento do espaço da sociedade civil e o silenciamento de vozes mais críticas afectam os esforços das OSCs para fomentar acção colectiva por parte das mulheres.

A pesquisa foi guiada pela seguinte pergunta: *em que medida a mediação das organizações do movimento de mulheres é uma forma de representação política efectiva e inclusiva?*

Especificamente a pesquisa, procurou responder por três sub-questões:

- Qual o papel das organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres em mediar a relação entre as mulheres e raparigas e o estado em Moçambique?
- Quais os mecanismos de diálogo entre as organizações de mulheres e os grupos que representam e de construção da sua agenda?
- Que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles?

## 1.2 Quadro Analítico

*“... uma vez que nem todos os cidadãos têm acesso a essas organizações, pois o ingresso nelas é restrito, o papel dessa ‘sociedade civil’ não é um factor de ampliação da democracia. Essa ‘sociedade*

*civil' pode até funcionar como um factor que atrofia a democracia, na medida em que ela substitua a participação directa dos cidadãos em geral, e funcione como uma espécie de tampão entre o Governo e o povo. O Governo põe o povo à distância, interpondo a 'sociedade civil' ...* (Afonso dos Santos, in Savana 08.02.2008, p. 7 citado em Francisco 2010:84).

Porta-vozes, elo de ligação: pesquisa sobre os conselhos de escola

Nesta pesquisa inspiramo-nos nas teorias sobre representação política, responsabilização social e empoderamento. Em relação ao empoderamento usamos a definição adoptada no programa de pesquisa mais amplo, onde o mesmo é entendido como “uma forma subjectiva e objectiva de estar, onde as pessoas tem uma voz amplificada para decidir sobre coisas que afectam as suas vidas, possuem um amplo leque de escolhas e possibilidades para fazê-lo na esfera social, política e económica, assim como um maior controle sobre as suas próprias vidas”. O nosso entendimento de empoderamento vai para além do individual e integra o colectivo como um elemento essencial.

Ainda em linha com o programa de pesquisa usamos os termos responsabilização social/prestação de contas (*accountability*), com enfoque na prestação de contas por parte das OSCs as suas constituências e seus efeitos nas exigências que estas fazem aos tomadores de decisão, por maior prestação de contas. Tal pressupõe considerar como as OSCs se movem no continuum representativo-não representativo da responsabilização social.

Revisão de literatura:

**OSCs em Moçambique:** a questão da legitimidade das OSCs tem sido também cada vez mais mencionada em relação à sua sustentabilidade política (Rocha, Salimo), sobretudo no âmbito de pesquisas operacionais e avaliações. Por exemplo, (Taëla, 2017) refere que o estabelecimento de redes e plataformas da SC reflecte uma busca protecção contra represálias através da criação de identidades institucionais colectivas. Na mesma senda, Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras (2015) indicam que “as acções conjuntas, nomeadamente via o trabalho em rede” constituem tentativas de reforço da sustentabilidade política das OSCs. Contudo, a sustentabilidade política vai muito para além da protecção via estabelecimento de redes, alianças verticais e horizontais e acção conjunta entre OSCs envolve, como defende Rocha (2017) a construção de uma forma base social, com consciência política e envolvidas em acção social e política, transcendendo mecanismos formais e institucionais.

A construção de uma base de cidadania para a sociedade civil em geral como elemento da sustentabilidade política.

**Fontes de legitimidade** – exemplos: as organizações de pesquisa e advocacia cuja legitimidade deriva não necessariamente da existência de uma constituição mas pela “credibilidade e solidez do seu trabalho”; defesa adequada de suas causas e capacidade para defender essas causas; o assunto (causa defendida) e representatividade (grupo que representa). Falar em nome de um grupo do qual se faça parte implica ouvir e transmitir as preocupações do grupo mais amplo e não os seus próprios interesses; defesa de interesses comuns.

O número de membros/representatividade numérica é algumas vezes usado como critério de legitimidade, contudo a nossa pesquisa revelou como os membros podem estar desvinculados da vida da associação e desinformados sobre a missão e visão da mesma. A importância de as OSCs terem credibilidade junto dos seus membros.

**Governança interna** – a fraca participação dos órgãos sociais na vida associativa, a falta de democracia interna, a necessidade de dar / reforçar a voz activa aos membros, a dependência da figura do líder – perpassam no discurso de muitos entrevistados. Como dissemos, as fragilidades a nível de capacidade interna, que por vezes são objecto de mediatização, têm reflexos negativos na credibilidade geral das

OSCs (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:66). O discurso da legitimidade/credibilidade aparece muitas vezes associado a falta de confiança por parte dos doadores que se traduz na dificuldade de acesso a financiamento devido a deficiente governação interna (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:69).

**Os efeitos da legitimidade perante os doadores:** capacidade para alcançar resultados, falar a linguagem dos doadores, capacidade para comunicar oralmente e por escrito em Inglês, para cumprir regras financeiras e administrativas dos doadores.

“Assimetria na distribuição geográfica dos recursos humanos e financeiros, que limita a capacidade das OSCs que actuam em contacto directo com as populações. Neste contexto, Francisco assinala essa discrepância de recursos referindo que apesar de haver 75% de OSCs formais a actuar nas comunidades rurais e distritos, as OSCs nacionais e internacionais activas nos principais centros urbanos, sendo 7% do total, concentram mais de metade dos recursos humanos e financeiros.” (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:70)

**Relação entre legitimidade e credibilidade:** Francisco (2010) identifica cinco desafios para as OSCs moçambicanas reforçarem a sua credibilidade nomeadamente: coragem, honestidade, excelência, transparência e confiança (na sua integridade e competência). Que nível de confiança disfruta a sociedade civil moçambicana? Aumento da confiança através de maior eficiência e eficácia na execução das suas actividades, execução de programas úteis à sociedade (...) os doadores aumentariam o apoio financeiro disponibilizado.

**Relação entre legitimidade e relevância:** *“Enquanto o conhecimento sobre o estado das OSC formais (tanto conhecimento qualitativo como quantitativo) aumentou substancialmente na última meia dúzia de anos, o mesmo não pode ser dito sobre as representações e redes da sociedade civil, informais e praticamente desconhecidas, mas que são aquelas que no quotidiano são mais relevantes em termos sociais e de satisfação dos interesses comuns dos seus participantes.”* (Francisco 2010:69)

Índice da Sociedade Civil Moçambicana – “...As **subdimensões incluídas na estrutura**, com a respectiva pontuação para a SCM são: amplitude (1,2) e profundidade (1,2) da participação cidadã; diversidade de participantes na SC (1,3); nível de organização (0,6); inter-relações dentro das OSC (1,5) e recursos (0,7). A pontuação média agregada da estrutura, referente ao ano 2007 em Moçambique, foi de 1,1 ponto (...) **Na dimensão Impacto**, como o termo sugere, avalia-se o impacto ou influência dos actores da SC na vida das pessoas e da sociedade. A SCM apresenta a seguinte pontuação: política pública (1,2), escrutínio do Estado e empresas privadas (0,5), resposta aos interesses sociais (1,0), empoderamento dos cidadãos (0,8) e resposta às necessidades sociais (1,3). A pontuação do Impacto da SCM foi de 1,0 ponto; ou seja, impacto fraco, principalmente no escrutínio e monitoria das contas e funcionamento do Estado e das empresas privadas.” (Francisco 2010:70)

**Estratégias de busca de legitimidade** – exemplos: i) (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015) entendem a nacionalização de organizações não-governamentais internacionais (ONGIs) como estratégia de busca de legitimidade para participar no diálogo político e fazer face às restrições impostas a sua presença pelo governo moçambicano, que cada vez mais questiona a necessidade de recrutamento de profissionais internacionais num contexto em que há cada vez mais moçambicanos qualificados.

**Falta de legitimidade** – exemplos: plataformas ou fóruns da SC que “deixaram de ser consideradas verdadeiras representantes dos seus membros”, sobretudo por quererem executar projectos e como consequência acabarem competindo com os seus membros por financiamento. Como resultado, elas deixam de ser vistas como “coordenadoras, porta-vozes e protectoras dos interesses das organizações-



membro. Outro motivo comum de queixa refere-se a falta de envolvimento das organizações-membro nos processos internos de tomada de decisão (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015)

Co-optação das lideranças – “Os casos de co-optação são múltiplos e têm tido impactos negativos na medida em que o representante e / ou a própria OSC se acomodam e passam a actuar em conformidade com a política das entidades que deveriam vigiar e monitorar.” (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:65)

### **Importância da independência política/incapacidade/dificuldades em ser a voz dos cidadãos**

A mobilização da população – exemplos: marchas mobilização da participação da população em eventos pontuais. Comunicação com a população via mecanismos institucionalizados.

A articulação entre as esferas formal (organizações com existência legal, tais como associações, fundações e ONGs) e informal sociedade civil. “

“Promover as OSC informais, através de vias flexíveis de formalização, maior visibilidade e reconhecimento das redes informais, abre campo para parcerias com enorme potencial. Parcerias entre as OSC formais e informais, com o objectivo de tornar as OSC com maior visibilidade pública mais relevantes socialmente, e vice-versa; com o objectivo de tornar as OSC informais socialmente relevantes mais visíveis e activas nos meios politicamente decisórios e influentes.” (Francisco 2015:91)

**Definição de agenda.** Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015 identificam a falta de autonomia das OSCs para definir as suas próprias agendas por depender das prioridades dos doadores, com um problema e recomendam o estabelecimento de MdE em que o direito a definição de suas próprias agendas seja assegurado assim como financiamento às organizações ao invés de projectos.

*“Parte das OSC urbanas, as mais visíveis e com mais acesso a recursos financeiros, desperdiçam enormes energias em seminários e workshops, dando a impressão que só existem para legitimar e avaliar as políticas implementadas, sobre os mais variados temas em voga – dívida externa, epidemia do HIV-sida, pobreza absoluta, empowerment da mulher, grupos desfavorecidos, meio ambiente, para citar apenas alguns dos temas mais apelativos - sem, de facto, se preocuparem com a realidade vivida pelo povo moçambicano. A má reputação das OSC deriva também da percepção de certos activistas, convencidos de que o sucesso é facilmente conquistado se exibirem ou agirem em função das aparências, em vez de agirem e interagirem com os cidadãos” (Francisco 2010:57)*

### **1.3 Processo metodológico: flexibilidade e inovação**

Este projecto de pesquisa visava facilitar um processo de reflexão e acção colectiva em torno das relações entre as organizações que promovem os direitos das mulheres e as mulheres e raparigas a quem representam, tomando como ponto de partida o Fórum Mulher e organizações-membros. Tratou-se de uma micro - intervenção sem pretensão de representatividade, através da qual procuramos apoiar a produção de conhecimento baseado em reflexões críticas das organizações participantes sobre a sua prática.

A metodologia usada na pesquisa foi inovadora no sentido em que as representantes das organizações em pesquisa puderam participar activamente na construção de todos os processos. O que ajudou na recolha de informação pois houve espaço para que as conversas fossem mais abertas e seguras.

Durante a pesquisa acção houve muita troca de experiência com diferentes grupos envolvidos, a participação activa foi visível em cada micro acção realizada, e os momentos de reflexão conjunta das pesquisadoras após a cada micro acção trouxe as diferentes percepções relativas às conversas, e permitia e melhorando a cada encontro que realizamos .

Os momentos de leitura colectiva trouxeram outra dinâmica à pesquisa pois remetia a uma leitura previa para posterior discussão onde eram partilhadas diferentes pontos de vista sobre o mesmo texto. Foi um apreendido muito bom, pois pelo retorno de algumas co pesquisadoras conseguiram mesmo pela complexidade dos textos dialogar ao mesmo nível que as outras co pesquisadoras com mais experiência.

A oficina de escrita veio proporcionar um final feliz da pesquisa pois permitiu que cada co pesquisadora sonhasse como queria ver o relatório de pesquisa. Conjuntamente, com apoio de uma facilitadora experiente fez-se uma análise de toda a informação recolhida e idealizou-se a melhor forma de sistematizá-la, por forma a tirar um relatório que espelhasse todo o trabalho realizado e os resultados preconizados na pesquisa.

Em suma notou-se que a metodologia participativa trouxe comprometimento, empenho, apropriação pois havia cumplicidade e união . Os momentos de leitura e reflexão colectiva vão ficar marcados na vida de cada co pesquisadora envolvida na pesquisa.

## 2.1 Primeiro ciclo

### 2.1.1 Participantes e actividades

### 2.1.2 Oficina de discussão dos resultados emergentes

Esta oficina inseriu-se no processo de recolha e análise dos dados, i.e. foi parte integrante do processo de pesquisa-acção. Pretendíamos alargar a discussão e incluir outras vozes que não participaram do primeiro ciclo. A pesquisa foi desenvolvida em duas fases, nomeadamente a primeira composta pelo grupo de referência do qual faziam parte representantes das organizações da sociedade civil e doadores, escolhidas não pela posição na organização em que trabalham mas pelo nível de compromisso e capacidade crítica em relação aos temas de interesse para a pesquisa governação, cidadania e direitos humanos. Por outro lado, tínhamos participantes que representavam as associações membros do Fórum

Mulher, como AMUEDO (associação das empregadas domésticas), Rede Hopem (associação Homens pela Mudança), Lambda (associação que representam as minorias sexuais), ABEVAMO (Associação que representa as mulheres trabalhadoras de sexo), FOMMUR (Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais), AMUDEIA (Associação das Mulheres Desfavorecidas da Manhica). Neste primeiro ciclo participaram entre 10 a 15 associações membros e não membros do Fórum Mulher.

Na segunda fase da Pesquisa, houve uma redução de participantes quando comparamos com o primeiro ciclo, porque esta fase implicava no maior compromisso da associação para fazer uma acção concreta na sua instituição, com impacto na discussão sobre formas de poder e legitimidade, abertura para reconhecer formas menos democráticas de representação. Apresentaram-se como voluntárias as seguintes organizações: ABEVAMO (Associação das Mulheres Trabalhadoras de Sexo), FOMMUR (Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais); Lambda (Associação das Minorias Sexuais). Estas três associações realizaram as micro acções na dimensão prática combinada com a análise crítica colectiva sobre os significados e sentidos dos discursos e atitudes dos membros e activistas envolvidos. Tendo resultado em: ABEVAMO (Associação das Mulheres Trabalhadoras de Sexo) realizadas uma na baixa da cidade de Maputo, mediante observação e diálogos informais com as Trabalhadoras de Sexo e duas sessões de grupos focais com trabalhadoras, educadoras de pares e navegadoras). E o mesmo número



de microacções para FOMMUR, sendo dois grupos focais com membros e não membros da AMUDEIA e do FOMMUR e uma acção no mercado do bairro Palmeiras, e por último duas acções na Lambda, sendo um grupo focal com agentes comunitários e outros e uma acção no campo de futebol.

Durante a oficina apresentamos e discutimos as questões que emergiram do primeiro ciclo de reflexão individual e colectiva. As apresentações e discussões foram em torno dos seguintes temas:

- ✚ Os sentidos e significados da representação: Foco nos conceitos;
- ✚ Quem pode falar em nome das mulheres? Foco nos actores;
- ✚ Dilema da representação e legitimidade no contexto da cooperação para o desenvolvimento relações de poder, prestação de contas: Foco nos desafios e oportunidades;
- ✚ Práticas individuais e organizacionais para fortalecimento da legitimidade: Foco na acção;

O segundo ciclo da pesquisa acção foi influenciada pelas contribuições recolhidas durante o seminário de 4 e 5 de Abril de 2018, onde foram partilhadas os resultados da primeira etapa da pesquisa que resultou na discussão e levantamento das seguintes questões:

- ❖ Quais são as mulheres invisíveis, na nossa acção de promoção dos direitos humanos das mulheres? Como é que as representamos? Que diálogos podemos fazer com estes grupos?
- ❖ Para além da legitimidade política, quais são as outras formas de legitimidade? Quem as define? Porque muitas vezes nós não nos sentimos representadas, por quem tem representação formal?
- ❖ Sou assistente social de formação, uso a minha formação para informar, instruir e buscar apoio para a mulher com hiv, na Associação Hixikwane (Associação de Mulheres vivendo com hiv e sida) foi difícil nos primeiros momentos, porque não me aceitavam, achavam que eu estava lá por dinheiro.
- ❖ Represento os/as idosos/as porque é a minha idade, contribuo para que mude do estilo de vida na fase idosas para prevenir algumas doenças.
- ❖ Sou educadora de pares das trabalhadoras de sexo, ninguém precisa representar as trabalhadoras de sexo, elas mesmo falam.
- ❖ Tensão entre ser porta voz das necessidades das mulheres e ser facilitadora para que as mulheres falem na sua própria voz.
- ❖ Será que os homens podem falar em nome das mulheres?

A representação dos homens foi questionada, mas igualmente se questiona a representação das mulheres urbanas falarem das mulheres rurais? É uma questão essencialista, afirmar que só as mulheres rurais podem falar de si mesmas. Durante o seminário, houve entendimento de que o apoio dos homens é bem vindo, mas eles devem trabalhar para sensibilizar outros homens, e questionar a masculinidade e a perpetuação da violência sustentada pelo patriarcado. E sobre o feminismo, há uma necessidade de aprofundar as suas contribuições na formação cidadã, ao fornecer várias alternativas para as mulheres e homens explorar novas oportunidades para um ambiente sem violência. Persiste a necessidade de transformar os princípios e valores feministas nas práticas de gestão das organizações e não colocá-los apenas como imagem decorativa. Porque as organizações mesmo assumindo uma identidade feminista, elas continuam resistentes no uso de máquina patriarcal que estrutura a gestão e governação.

## 2.2 Segundo ciclo

### 2.2.1 Participantes: perfil das organizações



Na segunda fase da Pesquisa participaram as seguintes organizações: ABEVAMO (Associação das Mulheres Trabalhadoras de Sexo) que inclui mulheres de baixa renda e vivendo com Hiv, foi formada em 2006 e registada em 2016. Actua através de projectos específicos na área de prevenção do hiv e sida entre as mulheres trabalhadoras de sexo. FOMMUR (Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais), é uma rede de várias organizações moçambicanas que actuam na área da terra no país, onde estão representadas mulheres de todas as províncias. Tem actuado politicamente no enfrentamento das questões de usurpação das terras das mulheres camponesas. E no fortalecimento do movimento das mulheres camponesas a nível das províncias. Lambada (Associação das Minorias Sexuais) é uma associação que vem lutando a mais de 10 anos pela sua legalização, actuando no campo da advocacia pelo reconhecimento jurídico das minorias sexuais. Tem providenciado apoio para jovens e adolescentes gays, lésbicas,, travestis que enfrentam discriminação nas suas famílias.

### 2.2.2 Micro-acções & Reflexões

Estas três associações realizaram as micro acções na dimensão prática combinada com a análise crítica colectiva sobre os significados e sentidos dos discursos e atitudes dos membros e activistas envolvidos. Tendo resultado em nas seguintes microacções:

Houve ainda um momento de troca de experiência no IDS onde as equipas de pesquisa dos 5 países envolvidos no programa de pesquisa partilharam os diferentes métodos utilizados nos seus projectos de pesquisa. Na ocasião foi ainda discutido como analisar dados e os desafios enfrentados pelos pesquisadores.

Ainda neste ciclo no final de cada micro acções as pesquisadoras intercalavam com uma reflexão. A pesquisa contou também com uma oficina de escrita envolvendo as pesquisadoras com objectivo de colectivamente sistematizar e elaborar o relatório de pesquisa e experimentar metodologias participativas que estimulem a escrita individual e colectiva.

#### ❖ **Abevamo**

- 1 na Baixa da Cidade de Maputo (observação e conversa informal com Trabalhadoras de Sexo)
- 2 no escritório da Abevamo (grupos focais com TSs, um dos quais com educadoras de pares e navegadoras)

#### ❖ **Fommur/Amudeia**

- 2 na Amudeia (grupos focais com membros e não-membros)
- 1 na rua/mercado Bairro Palmeiras (conversas informais)

#### ❖ **Lambda**

- 1 no espaço seguro da Lambda - Choupal (grupo focal com agentes comunitárias e outras)
- 1 no campo de futebol – Urbanização (grupo focal com mulheres futebolistas)

### 2.2.3 Roda de leitura

A roda de leitura foi um outro método adoptado na pesquisa, desenvolvida em grupo de forma física assim como virtual através das redes sociais, tendo sido criado para o efeito um grupo de



whatsaap onde eram partilhados e discutidos os textos. Esta dinâmica ajudou a conhecer outras teorias e abrir as mentes sobre os temas de representação e legitimidade pois as elas traziam reflexões bastantes complexas sobre os temas de pesquisa. Foram realizadas cinco rodas de leitura com duração de duas horas cada roda.

#### 2.2.4 Oficina de escrita

##### **A oficina de escrita tinha como objectivo:**

Sistematizar e escrever sobre os resultados da pesquisa; e experimentar metodologias participativas que estimulem a produção escrita individual e colectiva das organizações da sociedade civil. Serviu de base para estrutura o presente relatório e definir as questões orientadoras para redacção dos textos.

#### 2.2.5 Limitações da pesquisa:

*“Em relação ao conteúdo das discussões, eu senti que falar sobre representação é difícil, talvez a reivindicação de direitos seja uma janela de oportunidade. Principalmente quando, as pessoas falam da sua própria história e suas lutas. Como o espaço da associação, é um lugar de reivindicação para quem está dentro dela?” (Membro e participante da pesquisa)*

### 3. Análise dos resultados/Principais Constatações

A proposta é discutir os resultados à luz das perguntas de pesquisa. Para cada uma das perguntas devemos também reflectir sobre os efeitos da pesquisa-acção na mudança de perspectiva e/ou práticas. Essas podem aparecer em caixinhas, situadas nas subsecções relevantes.

- ❖ *Qual o papel das organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres em mediar a relação entre as mulheres e raparigas e o estado em Moçambique?*
- ❖ O foco foi em ONGs – há um grande debate na literatura internacional e nacional sobre o papel das ONGs num contexto de neoliberalismo onde se destacam fundamentalmente dois papéis – provisão de serviços e advocacia. Este debate inclui críticas acirradas sobre o que consideram formas de acção que pouco ou nada contribuem para a formação de sujeitos políticos.

#### a. Subcontratadas para provisão de serviços

- **Estado**
  - Transferência de papéis na provisão de serviços públicos (e.g. violência, saúde sexual e reproductiva)
- **Doadores**
  - Intermediação & Gestão de subvenções (e.g. Fórum Mulher)

*“Elas tinham os kits de testagem e convidavam as pessoas a entrarem e a fazerem o teste de HIV e nesse momento para mim o que fica e aparece é o projecto e a prestação de um determinado serviço.” Membro da equipa de pesquisa, Notas de Reflexão das Microacções.*



Onde está ABEVAMO? Esta questão nos ajuda, a discutir se estamos articulando uma pauta, que demanda do Governo o cumprimento dos objectivos fundamentais para a materialização do Estado de Direito Democrático, ou estamos nos transformando em provedoras de serviços. Isso tem consequências, na relação que estabelecemos com o Estado. Qual é a sustentabilidade dos serviços que fornecemos? Actualmente o discurso das organizações é que estamos complementando o trabalho do Governo. Então quem está fazendo o associativismo?

Os fins que a associação persegue ficam diluídos na sua articulação com o Estado. Quando falamos na diluição da missão e visão das organizações em relação a sua identidade, elas estão relacionadas como dinâmica global de financiamentos, que tem gerado a criação de uma cadeia de intermediários a nível nacional assim como internacional. Que determinam a tipologia de organizações que tem acesso aos fundos, através dos chamados de propostas que são lançados. O associativismo é justamente este resgate ao processo de sustentação da legitimidade das organizações, na sua acção quotidiana com os diferentes grupos que representam.

*“Eu não tenho condições 100% mas gostaria de andar a sensibilizar outras mulheres sobre o associativismo, mesmo nos bairros, é como feminismo, porque se a mulher não tiver feminismo activismo será difícil.” Mulher adulta, Notas de Reflexão das Microações.*

Na fala acima, há um elemento que se destaca junto ao associativismo, que é o feminismo. Ao estabelecer esta relação, ela agrega uma dimensão de autonomia política e liberdades que não cabem nas categorias pré estabelecidas num quadro lógico solicitado pelo parceiro.

A pesquisa nos remete ainda, a pensar nas dinâmicas quotidianas das organizações, que são baseadas nas categorias pré definidas: educadores de pares, supervisoras, pontos focais... e no cumprimento de metas já estabelecidas nos projectos. A mobilização das pessoas é feita para responder aos objectivos do projecto e não a missão da associação. Há oportunidades de expandir a acção cidadã, ampliar as liberdades individuais e colectivas que não estão sendo aproveitadas pelas associações.

As reflexões das participantes na pesquisa apontam para a necessidade de as mulheres activistas despirem-se dos seus próprios preconceitos e estereótipos em relação as mulheres, como um ponto de partida importante para poderem chegar a elas. É imperativo desconstruir o maternalismo que informa muitas das suas intervenções em que as outras mulheres são percebidas como objecto de suas intervenções ao invés de sujeitos políticos.

A violência que as mulheres trabalhadoras de sexo enfrentam, devia ser visibilizada e enfrentada no espaço público como questão de direitos humanos. As organizações ao se posicionarem como complementadoras de provisão dos serviços fornecidos pelo Estado, elas actuam no campo assistencialista e invisibilizam a violência praticada pelo próprio Estado.

*“ABEVAMO precisava de meninas trabalhadoras de sexo para trabalhar e de lá fui a formação como educadora de par e chegando aqui me escolheram para ser navegadora de par.” (Mulher, jovem microação).*

*“E não é exigir da ABEVAMO, a ABEVAMO é uma associação, mas existe um Estado, existem instituições que são responsáveis em garantir aqueles direitos para todas as cidadãs e cidadãos moçambicanos, mas nós precisamos de reclamar e exigir esses direitos, que as vezes implica sair para rua, não é? As vezes implica nós juntarmos as outras pessoas e reclamar direitos.” (Membro da equipa de pesquisa, microação).*



A primeira conexão que é demonstrada, é a relação com o acesso ao emprego, não é a demanda por autonomia e pelo reconhecimento político da identidade trabalhadora de sexo. Por via de um projecto específico existem reivindicações que são apresentadas mas dentro dos limites estabelecidos pelo doador.

#### b. Advocacia e campanhas públicas

Reformas legislativas (e.g. Lei da Violência, Lei da Família, Código Penal)

Teresa: Basta de violência!

Denúncia/ reivindicação (e.g. Cerveja Laurentina Preta – 2M)- em 2011

Ação das maxi-saias

#### c. Assistência técnica

Contribuições técnicas para documentos

Formações

Consultoria

**Pesquisa/produção de conhecimento/evidência-** em reforço da legitimidade da sua “causa”, as organizações buscam sensibilizar os grupos representados, mas também construir evidências em forma de pesquisas, relatórios etc.

*“Portanto, quais são os diferenciais que são usados por esta organização para que o que falam e digam, de facto representem a alguns grupos específicos? (...) Mas então quais são os elementos que ela usa para que ela possa ter esta legitimidade que não provem da comunidade, i.e. de uma base. Estamos a falar de pesquisa, organizações que são orientadas por pesquisa, que usam muito a evidência (Participante, Oficina de Abril de 2018).*

As campanhas de advocacia acima mencionadas, representam os espaços de representação e legitimidade, para diferentes grupos de mulheres. Mas, nem todas, as mulheres concordam com as reivindicações, como foi o caso da acção das “Maxi Saias” por exemplo. Muitas mostraram-se a favor do controle do vestuário das meninas nas escolas. Usando o argumento de que elas são responsáveis, pelo desvio de comportamento dos professores. Eles são, sim uns coitados, que não aguentam, são fracos diante de perna de uma rapruga. E que é dever moral das raparigas vestirem-se “decentemente”. Para além das mulheres, muitos homens, apareceram na media, insultando as activistas afirmando que estas, estavam promovendo o desrespeito na sociedade. Mesmo sem a legitimidade das mulheres, a acção buscava desconstruir a ideia patriarcal, de que o corpo das raparigas e mulheres, é responsável pelo mau comportamento dos homens. Por isso, ele deve ser todo coberto para não despertar a maldade deles.

A Campanha, visava demonstrar estas artimanhas de culpabilização das raparigas, pelo vestuário e levantar os questionamentos sobre quais os factores reais que afectam a educação das raparigas. Ela, foi manipulada pela polícia que usou a mesma, para dar a entender que as activistas estavam influenciadas por “mão externa” que culminou com a detenção das nossas colegas, por cerca de 8 horas na esquadra e expulsão do país de uma companheira activista estrangeira. Foi uma clara demonstração de poder, força e intimidação. Quem define, quando uma acção é legítima?

Outra Campanha que marcou o movimento de mulheres, foi lançada em 2011 em consequência da publicidade da empresa 2M.

A 2M decidiu insultar e ultrajar as mulheres moçambicanas (e talvez todas as mulheres) com uma Publicidade que usa e abusa do corpo duma mulher, sem cabeça nem membros inferiores, com o símbolo da cerveja estampado na região púbica, e ainda com dizeres: “**Esta preta foi de boa para melhor. Agora com uma garrafa mais sexy**”, justamente para denotar que ela não tem rosto, nem cabeça nem pernas para tomar seu rumo, é apenas objecto sexual. Quando foi lançada a campanha, foram lançadas várias reacções contra, a maior parte de homens. Mas, existia mulheres que não se importavam, diziam que é apenas uma garrafa de cerveja, nada mais.

Neste caso a reacção foi mais dos homens que sentiram-se afectados, porque a cerveja era para eles, que são os maiores consumidores. Não houve uma reacção política contra a campanha, a Procuradoria Geral da República reagiu positivamente, tendo enviado uma nota a empresa 2M para remoção da publicidade nos espaços públicos e retirada da media.

A iniciativa sobre a violência contra as mulheres, teve como referência o assassinato de uma jovem, chamada Teresa, que era funcionária de um dos bancos da praça. Ela, foi morta pelo namorado. Não houve nenhum questionamento de legitimidade ou representação, as reacções foram de muito apoio a causa. Porque estávamos falando de um caso concreto, de uma jovem morta dentro da sua casa, pelo seu companheiro, alguém que ela confiava.

Podemos observar, que a legitimidade das acções públicas nem sempre são questionadas, depende do assunto e da relação do mesmo com o poder político.

#### d. Mobilização para a acção colectiva

Para Dagnino a ligação entre representado e representantes é demonstrada clara e inequivocamente pela capacidade de “convoking/assembling” dos representativos que, por sua vez é possível pela exigência dessa ligação” e adianta que “a visibilidade dos representados em marchas e demonstrações nas ruas ou enchendo as salas onde as prioridades de investimento do governo são escolhidas, de modo a participar nas decisões feitas, (...) é o factor crucial da efectividade dos seus representantes.” Assume-se aqui a existência de relações orgânicas e articulação de interesses, ao invés de mera coincidência de interesses, entre representantes e representadas.

Contudo, tal como a própria Dagnino aponta é importante perceber as práticas de representação à luz das especificidades da sociedade civil em análise e do contexto histórico nas quais elas tem lugar. No nosso contexto é importante considerar a relação com o Estado, com instituições de governação global, com os doadores, com grupos transnacionais, assim como entre os vários actores da sociedade civil. Estes elementos influenciam tanto as características dos espaços de representação assim como as agendas que neles são defendidas. Por exemplo, a relação com o Estado e doadores e as relações de poder entre os vários actores da sociedade civil influenciam quem é incluído ou excluído dos processos.

As interações entre o Estado e os cidadãos influenciam também o tipo de práticas de representação adoptadas. Enquanto em alguns contextos, as marchas e demonstrações nas ruas são bastante comuns e atraem milhares de pessoas, em Moçambique há muita resistência a expressões públicas de descontentamento com o sistema político e há um medo enraizado de ocupar o espaço público e de protestar. Isso é resultado da intimidação gerada pelo Estado, através da militarização das ruas e o reforço da cultura de medo. Nas primeiras acções de ocupação das ruas, as manifestações do Fórum Mulher eram acompanhadas pela Banda Militar, podemos afirmar que não tínhamos uma dimensão política forte sobre as nossas pautas e a relação com governo. Nossas acções pareciam uma orquestra harmoniosa na companhia da Banda Militar. Quando começamos a reivindicar o nosso espaço político, percebemos que afinal que não precisavamos de Banda Militar e aí estávamos claramente numa situação de confronto, que era visto como afronta ao governo. São exemplos as acções que realizamos contra a



introdução das maxi saias (2016), Código Penal (2014) que denunciavam as artimanhas do patriarcado para manipular a lei em benefício dos homens.

As mulheres do Fórum Mulher são conhecidas como “as marchantes” mas a questão quem são as mulheres que marcham e até que ponto conseguem mobilizar outras mulheres para juntarem-se a elas. Geralmente assume-se que “há falta de consciência política” e que tal impede que outras mulheres se juntem. Mas para além do medo enraizado e da falta de consciência política haveram outras explicações? Estas dúvidas são partilhadas por algumas das mulheres envolvidas nesta pesquisa., a líder da associação moçambicana de trabalhadoras domésticas questiona-se,

*“Será que o grupo que eu lidero será que eu represento mesmo a elas, porque o sector doméstico tem muitos problemas. Estamos a lutar de um lado para o outro, mas para as nossas colegas parece que não estamos a fazer nada. Quando chega o momento de sair na rua ninguém quer sair. Eu estou a lutar pelo meu próprio esforço. Quando chega o momento de mobilização eu consigo andar em todas as ruas de Maputo, ruelas e becos. Dizem mama pode trazer capulana, mas quando chega o momento da verdade...[ninguém vai]” (Mulher adulta, membro do Fórum Mulher, Oficina de Abril, 2018).*

*“Eu acho que em Moçambique nós temos uma grande dificuldade em construir movimentos, reivindicar e ir a rua. Por exemplo se falta água ou energia na minha casa eu não vou fazer alguma*

*coisa na FIPAG ou uma manifestação. Vou reclamar no Facebook estou sem energia é isso que nós fazemos. Então o que falta para levantar a bandeira e sair a rua para reivindicar questões LGBT é muito mais complicado principalmente para nós mulheres, pela forma que nós somos educadas no nosso país. Nós somos educadas a vestir e nos comportarmos de uma forma, se eu apareço de forma diferente eu tenho que estar preparada para tudo que vier. Eu acredito que seja algo que está em processo mas também é fruto desse sistema que nos impede de reivindicar os nossos direitos quando nós queremos.” (Mulher jovem, participante da pesquisa)*

Há necessidade das organizações recuarem e reflectirem sobre as condições necessárias para mobilizar os cidadãos e cidadãs para a acção colectiva. O que deve vir antes dos protestos, que condições devem ser criadas para que ao serem chamadas, convocadas pelas organizações e/ou activistas para ir as ruas ou posicionarem-se as cidadãs comuns o façam? Será acesso a informação, algo explorado pela pesquisa do CIP em relação a indústria extractiva? Será maior consciência de direitos e deveres, uma das principais componentes das iniciativas das OSCs? Serão novas relações e maior conexão entre OSCs e cidadãos/cidadãs?

### 3.2 Representação da sociedade civil em espaços convidados

É certo que existem espaços de participação criados pelas instituições públicas para os cidadãos, juntamente com os funcionários públicos e outros intervenientes, discutirem diversos assuntos, contudo na sua maioria são ineficazes e apenas um punhado de pessoas neles participa, que se assume, serem representantes dos cidadãos. Durante esta pesquisa ouvimos diversas vezes a frase “não possível toda a gente participar”, quase como para conferir legitimidade aos poucos que participam. Dado que nem todos podem participar é importante analisar não só quem participa mas sobretudo, em que medida as agendas por eles defendidas e os cursos de acção propostos representam os interesses de outros indivíduos ou grupos que não tenha acesso a estes espaços.

O Cubo de Poder desenhado por John Gaventa (2006) permite visualizar como funcionam os espaços de representação e mediação entre vários espaços e níveis e como diferentes formas de poder operam para silenciar ou excluir vozes. Contudo, é preciso ir para além dele e descortinar as práticas de representação em acção para além de cada dos espaços, i.e. desde o processo de seleção de representantes até a definição do que estes devem levar para os espaços, assim como os mecanismos de devolução do que foi discutido e acordado.



Fonte: Gaventa (2006) 'Encontrando os Espaços para a Mudança: Uma Análise de Poder', Boletim IDS, Vol 37, No 6, p 25

Dagnino (2004) sublinha a centralidade das relações de poder na atribuição de legitimidade a diferentes formas de representação e representatividade notando que “na ausência de regras formais consolidadas, as relações de poder jogam um papel chave na definição, ad-hoc, de quem constitui ou não representantes legítimos.”

A natureza dos espaços onde a representação toma lugar também influenciam as práticas de representação. Por exemplo, frequentemente as práticas e o conteúdo da mediação nos espaços convidados são pré-determinados por quem convida. Algumas participantes na pesquisa referiram que tanto os funcionários do Estado como dos doadores geralmente querem falar com os representantes das organizações e não com as cidadãs. Esta tendência é percebida como uma barreira para a criação de espaços de interlocução mais democráticos e inclusivos que congregam uma diversidade de caras, vozes

e causas. As participantes sublinharam ainda que tal coloca um peso muito grande nos representantes, que acabam passando mais tempo a interagir com funcionários do Estado, doadores e lideranças de outras organizações da sociedade civil, particularmente ONGs do que com os grupos que deveriam representar e mobilizar.

“ Os doadores querem reduzir a carga administrativa da selecção das ONGs beneficiárias, da monitoria dos projectos e do controle da utilização dos fundos atribuídos. Transferir estas tarefas para um fórum certamente poupa tempo e dinheiro, para além de reduzir o risco que o trabalho com a ONGS sempre traz.<sup>1</sup>”. O que fica evidente a preocupação mais com a gestão financeira, e menos com a causa e quem faz parte dela e de que forma se podem estabelecer mecanismos de comunicação. A prática resume-se em visitas rápidas aos “beneficiários” que é uma terminologia que reduz as pessoas a meros receptores de informação. Não gera um processo de interacção, não há troca de ideias, porque o “beneficiário” está numa posição desigual. Portanto a dimensão financeira dos programas, influencia o tipo de representação das associações nos espaços convidados assim como criados.

Existem mecanismos de diálogos instituídos a nível das comunidades, tais como: os Conselhos de Escolas, Conselhos Consultivos locais, os tribunais comunitários, as consultas comunitárias, líderes comunitários mas elas não geram debates sobre a Representação. Porque os/as representantes nestes espaços são identificados também através de outras formas de poder pré existentes como os chefes de quarteirão, secretário de bairro que estão directamente associadas simultaneamente ao poder formal e informal. Porquê informal, porque muitas vezes o/a chefe de quarteirão é um individuo que pode ser desempregado, e faz uso do seu poder em benefício individual, ele é mediador de conflitos conjugais

<sup>1</sup> EYES, Tinie Van. Solidariedade ou comércio: As ONGS não governamentais em Moçambique. Maputo, Pág.151, 2002. Disponível em: [www.sigila.msh-paris.fr](http://www.sigila.msh-paris.fr) acesso a 09 de Outubro de 2018.



ou de outra natureza em proveito próprio. O Fórum Mulher tem recebido testemunhos de mulheres em alguns distritos que relatam a cumplicidade dos líderes comunitários no tratamento dos casos de denúncia de violência doméstica.

### 3.3 Quais os mecanismos de diálogo e de construção da sua agenda entre as organizações de mulheres e os grupos que representam?

Nesta secção identificamos e analisamos alguns dos mecanismos de diálogo e de construção de agenda entre as organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres e os grupos que estas representam. Tomamos como ponto de partida os discursos das co-pesquisadoras e conversas com outras mulheres participantes na pesquisa, sobre como elas consultam e representam as suas constituências, especificamente, como asseguram que as suas vozes sejam ouvidas. Apesar de considerarmos o diálogo entre redes de OSCs com os seus membros um elemento importante deste debate, aspecto já analisado por alguns autores<sup>2</sup>, sobretudo no âmbito de avaliações e mapeamentos programáticos, nesta pesquisa procuramos ir para além disso e investigar as percepções dos próprios indivíduos sobre as interações entre organizações individuais, seus membros e não-membros (cidadãos e cidadãs individuais).

#### a. Mecanismos de diálogo e construção de agenda centrados em organizações e em seminários

Uma das principais constatações desta pesquisa é que se por um lado algumas organizações compreendem a necessidade de maior articulação com outras mulheres, por outro lado faltam mecanismos formais de diálogo e construção de agenda, para além dos vários seminários sobre diversos temas, que ocupam grande parte do seu tempo. Como uma entrevistada dizia “as pessoas andam de seminário em seminário”, ressaltando que os seminários não são propriamente espaços de construção colectiva de agenda, quer pela sua natureza exclusiva quer porque geralmente constituem situações isoladas, com pouca ou nenhuma articulação com outros espaços anteriores e/ou similares.

Por isso, apesar de discursivamente as participantes da pesquisa considerarem importante melhorar as suas conexões com as demais mulheres e raparigas e de entenderem que tal constitui um pré-requisito para a promoção de acção colectiva e construção de movimentos, na prática, o desenho das agendas levadas para os espaços de participação é pouco inclusivo, no sentido que não deriva de processos de discussão colectiva com as mulheres no geral e muitas, nem com as suas pares da mesma organização. Desta forma, o acto de representação, através da participação em espaços convidados e seminários, torna-se individualizado e rotineiro. Se por um lado as participantes identificaram barreiras individuais, institucionais e estruturais para fazê-lo e por outro também defender a impossibilidade de escutar e forjar alianças com todas as mulheres.

A falta de mecanismos de diálogo é entendida como uma fragilidade pois esta é frequentemente utilizada como um argumento para questionar a sua legitimidade e desta forma desqualificar as suas propostas, conforme ilustra a fala abaixo de uma mulher sindicalista,

*“Então o mecanismo de diálogo é importante porque nós podemos ser usadas e divididas, eu sinto isso. Por exemplo, os governos aproveitam os sindicatos quando não estão unidos e depois dizem vão lá se organizar, vocês estão a falar coisas diferentes. Exactamente porque primeiro o diálogo não está a construir uma voz única e segundo [por causa dos seus] interesses. Então quando nós não temos um mecanismo de diálogo ficamos cada vez mais vulneráveis.”* (Participante da pesquisa, microacção).

Contudo, ainda aqui o foco é no diálogo entre sindicatos/organizações e não entre estes e os grupos que representam. As interações com as mulheres e raparigas do público em geral tendem a limitar-se a comunicação unidirecional centrada na “educação” e/ou “sensibilização” assim como na provisão de serviços e/ou facilitação do acesso aos mesmos. As mulheres e raparigas convertem-se em beneficiárias

e grupos-alvos ao invés de sujeitos políticos com quem se constroem agendas e iniciativas para a mudança social. Esta percepção das mulheres e raparigas como beneficiárias e grupos não permite as organizações identificar formas espontâneas de acção social e política para as quais poderiam contribuir.

#### b. Interações com mulheres e raparigas centradas na “educação/sensibilização”, provisão de serviços e busca de aliadas para agendas

Neste sentido, algumas organizações correm o risco de ao contrário de identificar as agendas das mulheres e raparigas para amplificar as suas vozes, concentrarem-se na busca de aliadas para agendas desenhadas em gabinetes, algumas das quais, mas nem todas, impostas pelos doadores ou pelas agências das Nações Unidas. Esta tendência é captada nas falas abaixo das participantes na pesquisa:

*“Os doadores dão projectos de paráquedas, dançámos a música deles, não há auscultação. Um projecto de HIV onde o grupo de beneficiários são [crianças] órfãos e vulneráveis, só tem foto mas o próprio grupo não existe.”* (Participante adulta, microacção).

*“Por parte dos doadores, as vezes há uma agenda que é entregue às organizações e nem sempre deixam que as organizações desenhem à vontade aquilo que realmente querem implementar, da forma que querem implementar. E isso faz com que algumas organizações, não porque não tem legitimidade, mas porque estão a cumprir o programa daqueles que deram o dinheiro, acabam saindo daquilo que que é a necessidade das pessoas que são representadas.”* (Participante adulta, microacção).

*“É importante que a gente tenha muita clareza sobre a nossa agenda, de facto, como organização, para evitarmos distrairmo-nos com outras agendas que até podem contribuir ou concorrer [para os objectivos] mas que as vezes nos fazem diluir a causa.”* (Participante jovem, microacção).

*“Um grupo se junta e leva uma agenda e trabalha com seu representado para fazê-lo perceber a importância, a necessidade [daquela agenda] e ele passa a assumir aquela agenda”.* (Participante jovem, microacção).

É importante referir que ao longo da pesquisa foram feitas várias críticas aos doadores, como ilustram as falas acima. Contudo, algumas participantes na pesquisa destacaram também a responsabilidade individual e colectiva de definir agendas próprias e resistir a pressão imposta pela orientação neoliberal dos projectos de desenvolvimento. A fala abaixo capta parte desta discussão, sobretudo o elemento da responsabilidade das próprias organizações.

*“Aqui também não vamos ser vítimas, vamos nos recordar que já há muitos anos as organizações internacionais trabalham connosco e investiram, tem investido em capacitação institucional, no entanto nós também não fizemos bem o nosso TPC<sup>3</sup>. Aqui temos que começar a fazer bem o nosso TPC, perceber como é que as instituições efectivamente funcionam.”* (Mulher jovem, participante da Oficina de Abril de 2018).

<sup>3</sup> TPC é a abreviatura de Trabalho Para Casa, que refere-se ao trabalho que os professores dão para os alunos fazerem em casa.

Para além de as agendas serem impostas pelos doadores há também uma certa presunção das organizações que assumem que conhecem a realidade local e as necessidades das mulheres.

*“Em termos de legitimidade essas actividades estão a colocar-me a reflectir, eu estou a pensar e a questionar muito sobre a minha legitimidade para representar as outras mulheres. Porque eu pego a minha experiência para desenhar planos, para implementar actividades e eu acredito que é algo que elas vão se identificar e na primeira actividade eu percebi que, há uma grande diferença entre quem está lá na Lambda e quem nunca fez parte da Lambda, porque eu acho que isso também contribui muito para que as pessoas pensem no sentido de que é a Lambda tem que fazer essas coisas, e quem está lá dentro acha que é responsabilidade da Lambda de prover tudo que precisa, mas quem está fora já pensa de forma diferente.”* (Mulher jovem, participante da pesquisa, Reflexão sobre a 1ª microacção da Lambda no Choupal, 11 de Maio de 2018).

#### c. Ênfase no levar informação para as mulheres representadas do que destas para os espaços de participação.

Apesar de algumas terem dado exemplos de instâncias em que as organizações reivindicaram a sua autonomia, estes não foram sobre a relação entre representantes e representadas. A falta de espaços de tomada de posicionamento e de construção de agenda fica também evidenciada abaixo, nas falas de algumas participantes/representantes de organizações de mulheres sobre a sua relação as mulheres que representam, em que há uma ênfase na partilha da informação e conhecimento adquirido através da sua participação em certos espaços.

*“Porque foram elas que me deram poder, se eu for ao essencial dessa representação, porque me elegeram para eu lhes representar, então tenho que acatar e devolver a informação daquilo que elas me escolheram para fazer.”* (Mulher adulta, membro e participante da equipa de pesquisa).

*“Tudo que aprendo nas conferências e nos encontros eu vou a associação sento com as mamãs e volto a lhes informar as políticas todas faladas, eu volto vou formar as mamãs e vou-lhes informar; aquilo lhes ajuda muito a terem esperança de vida e acreditar mais em si mesmas.”* (Mulher adulta, membro e participante da equipa de pesquisa).

As falas acima destacam o acto de trazer informações aos grupos que representam, um elemento importante da nossa definição de representação como um processo que envolve levar e trazer mensagens, mas menos sobre o levar mensagens dos grupos que representam para os espaços de participação ou sobre como estas mensagens são construídas. A mesma ênfase no “trazer informações” foi posta pelos grupos que as mulheres representam, conforme indicam as falas de um grupo de mulheres rurais com quem trabalhamos.

*“Fico muito feliz porque quando a mamã ( representante do Fommur ) sai, sabemos que ela vai falar por nós, aquilo que ela vai falar lá é mesma coisa que ela traz para aqui.”* (Mulher adulta, participante da microacção).

*“Ela tem que ir avante para conseguir trazer informação para nós e levar informação daqui para lá onde a mamã ( representante do Fommur ) tem ido visitar e aprender.”* (Mulher adulta, participante da microacção).

*“Ela [mamã do Fommur ] é que anda por aí a bater a porta, atrás de ajuda. Ela é que vai ouvir as coisas para as mulheres rurais”.* (Mulher adulta, participante da microacção).



*“Ela anda pelo mundo, traz informação, ensina a cultivar, porque tem tempo que quando cultivamos não dá frutos. É mais-valia porque ela traz boa coisa e entendemos melhor, porque é uma informação que ajuda. Muito obrigada a mamã ( representante do Fommur ) por andar, a explicar que existem as mulheres rurais que estão a levar avante o trabalho delas. A mamã (representante do Fommur) está por aí zelando por nós.”* (Mulher idosa, participante da microacção).

Apenas duas das falas acima mencionam “levar informação daqui para lá” e de “explicar que existem mulheres rurais que estão a levar avante o trabalho delas”. Exploramos esta questão com as participantes da pesquisa perguntando se antes de participar nesses espaços as representantes informavam e consultavam os seus membros e grupos com os quais trabalham.

O papel principal que deve ser desenvolvido pelas organizações que actuam em prol dos direitos das mulheres e raparigas é ampliar a participação das mulheres e raparigas através dos diferentes grupos e colectivos existentes e viabilizar a expansão de novas demandas tomando em conta a diversidade de mulheres.

### 3.4 Que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles?

#### a. Problematizando - legitimidade como uma faca de dois gumes

A Legitimidade da mediação das organizações de mulheres é vista de formas de diferentes. É enaltecida, quando há um interesse explícito de demonstrar o cumprimento dos compromissos globais por parte do Estado junto de outros Estados, e de organismos internacionais como as Nações Unidas. É questionada quando as organizações colocam em causa, os privilégios dos governantes. Nesta situação, elas se transformam em instrumentos ao serviço de interesses externos, que querem desestabilizar o País. É igualmente questionada, por outros segmentos de mulheres que não se sentem representadas, quer por

motivos de identidade em relação a causa que perseguem, quer por razões associadas as prioridades da agenda. Alguns homens também questionam esta legitimidade de mediação das organizações, acusam-nas de interferirem negativamente nas relações conjugais, pelo facto de gerar mais autonomia entre as mulheres.

#### b. Organizações feministas versus organizações de mulheres

“O debate sempre recorrente no movimento é a relação entre o feminismo e o movimento de mulheres, para alguns pessoas, este dois espaços são distintos, frente aos quais devemos nos posicionar e decidir participar de um ou de outro. Para outros entre os quais nos incluimos, o feminismo é um movimento criado e sustentado por mulheres, é um movimento de mulheres e parte do movimento de mulheres em geral. Assim, o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele, um alimenta o outro”<sup>4</sup>. Nas práticas quotidianas das organizações feministas falta a incorporação dos valores e princípios feministas, a estrutura de gestão e governação permanece patriarcal, e as relações de poder tendem a ser verticais e não horizontais.

---

<sup>4</sup> SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e Movimento de Mulheres. Recife: SOSCorpo-Instituto Feminista para Democracia, 2013.63p

*“Essas organizações devem viver de acordo com aquilo que são os seus valores e princípios, isso implica que os seus colaboradores(as) sejam o espelho da instituição nas suas práticas quotidianas dentro e fora do espaço formal. Isso significa que é preciso ser mais do que profissional, é necessário ser activista, para tal a pessoa pode ou não ser contratada de uma associação. Então eu acho que as pessoas deviam procurar representar realmente as organizações para as quais trabalham porque uma coisa, é que vamos ver pessoas que dizem que trabalham por exemplo em prol dos direitos das mulheres e são as mesmas pessoas que depois tem discursos machistas por exemplo.”* (Mulher jovem, participante da microação).

A confiança deriva também da crença que as funcionárias das organizações estariam a defender as causas que devem mesmo que tal não fosse parte do seu trabalho.

*“A representação dos valores institucionais, deve estar acima de qualquer interesse profissional, Daí, a necessidade de reforçar o activismo como princípio que deve ser seguido por todos(as) colaboradores(as) de modo a assegurar o projecto político institucional seja um recurso permanente de sustentabilidade da organização. A sociedade encontre nas atitudes dos funcionárias(os) uma identidade inquestionável e confiança na instituição. Que este reconhecimento produza mais empatia em relação a causa que advogam. A certeza de que se as pessoas não estivessem naquela organização, continuariam sendo activistas.”* (Mulher jovem, participante das microações).

A construção de agendas colectivas é também afectada por questões ligadas ao compromisso que as pessoas tem em relação as causas que defendem assim como a dificuldades em assumi-las publicamente.

*“Será que sou a única problemática, a única pessoa que existe na terra que está sempre com os mesmos problemas? Não! [Mas] onde é que estão as mulheres? Estão em casa a cortar couve, a fazer não sei o que, a jogar futebol, sei lá o quê. E porque nós é que temos que dar a cara?”* (Mulher jovem participante da pesquisa).

### c. Profissionalização das ONGs, dinheiro, credibilidade e desigualdades sociais

As vezes fico com impressão que pela forma como certos direitos foram sendo reivindicados a partir de um grupo de pessoas e instituições parece-me as vezes que o reivindicar direitos tornou-se algo muito profissionalizado, não é? Eu queria saber se vocês sentem que quem trabalha numa organização cuja missão é reivindicar determinados direitos seja de lésbicas, seja de gay, seja de trabalhadoras de sexo, há do lado de quem não trabalha a ideia de que elas ou eles reivindicam porque eles recebem um salário? Eles/elas tem um incentivo para além de partilharem a identidade, partilharem uma experiência de sofrimentos, discriminação e marginalização, tem um incentivo maior para sair a rua para posicionarem-se, para darem a cara, e quem não trabalha não tem? Eu queria ouvir a opinião de quem trabalha em organizações e que o seu trabalho é promover, é defender direitos, o acesso ao exercício desses direitos, e quem não trabalha para organizações. *“Uma participante jovem, reconhece que há essa diferença, sente que pelo facto de trabalhar e ser colaboradora da associação A, as outras jovens entendem que quem recebe salário deve dar a cara.”* (Mulher jovem, membro da equipa de pesquisa).

*“Há resistência sim das meninas [trabalhadoras de sexo]. Eu posso ter um convite para uma, duas ou três mulheres para um debate. Mas, quando a chega o momento da participação, ela é condicionada ao facto de que aquelas que recebem salário, deve ter maior responsabilidade e assumir os posicionamentos públicos. Existem exceções, outras aceitam porque entendem que os benefícios não são só valores monetários.”* (Mulher jovem, reflexões das microações).



*“Se eu digo tenho meu dinheiro, é dinheiro feito do meu próprio suor do meu próprio esforço, que é aquele trabalho que eu faço quando estou na minha casa, mas quando estou na associação temos que lutar. É que nós temos uma missão, cada um tem uma missão aqui na terra. E qual é a nossa? É exactamente essa de trazer esses valores, de defender a causa; essa causa não vai beneficiar a minha mãe, mas a todos nós”. (Mulher jovem, participante das microações).*

*“Lambda não vai conseguir dar emprego a toda comunidade LGBT - missão impossível, isso não vai acontecer”. (Mulher jovem, participante da pesquisa).*

A fala de uma mulher lésbica que não trabalha para nenhuma associação, mas participa em várias acções organizadas pela Lambda, elucida a importância de compreender o propósito das actividades e como o nível da consciência política influencia decisão de participar ou não.

*“Eu não trabalho com nenhuma associação mas por exemplo eu tenho critérios, quando sou convidada a uma roda de conversa sobre LGBT, eu participo, independentemente da minha relação institucional. Porque entendo, que é uma contribuição importante, eu faço parte desta comunidade. Os resultados vão beneficiar a mais pessoas.” (Mulher jovem, participante da microação).*

Participação em iniciativas promovidas por ONGs expectativa de emprego ou subsídio.

*“Sem esquecer que nós moçambicanos somos pobres, a quem diz: ela já matabichou e quer levar-me para lá fazer o quê, se eu nem matabichei.” (Mulher jovem participante da pesquisa).*

Na fala acima, reforça-se o que o foi mencionado nos parágrafos anteriores em relação a participação condicionada pelo salário ou outras formas de subsídios. Reafirmando o facto de que, quem tem mais força para participar, é a pessoa que tem refeição garantida. Existe sempre uma expectativa de que a participação nos eventos de uma determinada associação, possa gerar uma oportunidade de emprego.

### 3.5 Reafirmando o seu compromisso como rebatamento de críticas

Às vezes, o compromisso com a causa e o activismo da funcionária é medido número de horas que fica no escritório. Nas falas abaixo temos dois exemplos: um de “falta de compromisso” e outro que mostra uma mudança “ficar no escritório para além do horário de trabalho estabelecido” como indicador de activismo”.

*“Estamos a enfrentar não é só fora, mesmo dentro do escritório, eu sou funcionário e quando chega 17 horas eu vou para minha casa. Acabou, terminou aí, cada um por si Deus para todos.” (Participante jovem, microações).*

*“Uma jovem participante, afirmou que ia para o escritório trabalhava, depois chegava a sua hora ia embora sem nenhum compromisso político. Mas partir do momento que assumiu e que sentiu que podia fazer algo mais não é tanto por ela mas também pelas demais pessoas.” (Participante jovem, microações).*

Na fala abaixo, a ideia de dar “activismo a organização” aparece de maneira mais explícita.

*“Mas também acho que é um exercício de cada uma, até mesmo nós nos questionamos será que nós somos trabalhadoras da organização ou somos activistas porque também tem a questão de eu ir trabalhar para receber um salário mas também o meu activismo, o que eu dou a organização? Não é dar a organização, dar a organização eu dou o meu trabalho, vendo o meu trabalho e tenho um salário, como mulher por exemplo o que eu faço para mudar as demais mulheres que estão que por exemplo estão numa situação de submissão, que sofrem violência e tudo mais.” (Mulher jovem, membro da equipa de pesquisa).*

A conceitualização do termo “ativistas profissionais” surge como desafio para expressar os limites do activismo no campo de uma sociedade civil bastante competitiva no acesso aos recursos. E por outro lado, demonstra um espaço onde existe um crescimento técnico muito grande e que gera oportunidades para o desenvolvimento de novos saberes. Entre os limites das expectativas e o que efectivamente as associações podem oferecer, confunde-se “activista” e “profissional”. Dentro das organizações as pessoas são contratadas para exercerem funções técnicas, e por sua vez em contacto com o projecto político institucional elas se tornam activistas. Elas não recebem pelo facto de serem activistas, mas pela função que desempenham. É muito comum nas várias associações o uso generalizado do termo activista: activista de cuidados domiciliários, activista de prevenção, activista de busca activa, activista contra a violência, fazendo equipar a carreira profissional o que aumenta a confusão da palavra activista. *Para esta pesquisa, entendemos activistas profissionais, para os casos em que as pessoas trabalham na associação e fazem do projecto político institucional o seu projecto de vida. Activista, em si não é nenhuma profissão, qualquer pessoa pode ser activista na área que melhor se identifica.*

Algumas activistas profissionais<sup>5</sup> entendem que o acto de desenhar um projecto é também uma expressão do seu activismo, pois assumem que outras mulheres também se beneficiarão dele.

*“Quando alguém diz antes de ser diretor executivo eu sou activista, o ser activista não significa ser activista que está escrita na camiseta, mas é uma roupa extremamente transparente que eu visto, eu carrego uma bagagem que eu não consigo tirar das minhas costas. É exactamente isso que nós somos! Quando saio da minha casa no sábado cansada, ou mesmo domingo, eu tenho que ir para o escritório porque eu tenho trabalho para fazer, eu tenho que fazer isso porque eu sei o que eu pretendo. Se eu vou-me encontrar com um grupo de mulheres eu sei o que eu quero. Não é porque quero aproveitá-las naquele exacto momento e depois descartá-las. Não, não é isso! Se nós continuamos a lutar, a conversar, a tentar buscar mais projectos e que venham mais doadores para tratar assuntos das mulheres lésbicas não vai ser um ganho só para A, para B, ou para C [funcionárias da Lambda] vai ser para todas nós. Quem vai sair a ganhar? Saímos todos nós, os vencedores somos nós aqui [funcionárias e não-funcionárias da Lambda].” (Mulher jovem, participante da pesquisa, microações).*

Como as mulheres e raparigas estão a ser não incorporadas nos projectos de desenvolvimento que as organizações implementam? Que tipo de relações estão a ser forjadas entre as organizações e as mulheres e raparigas através dessas iniciativas e suas dinâmicas de poder? Quais são os seus efeitos no tipo de movimentos sociais que se pretendem criar? Estas questões são importantes porque forçam-nos a ser auto-reflexivos sobre a forma, estratégias e impactos do tipo de movimentos sociais que se procura criar e/ou os tipos de ação colectiva que se procura mobilizar.

#### [a. Elevada mobilidade/transitabilidade das pessoas \(sociedade civil, Estado, doadores\)](#)

O último desafio de legitimidade é a transitabilidade de uma organização para outra, movida por questões financeiras, privilégios e outros factores. As pessoas que assumem o papel de representação em determinados espaços, tem múltiplos papéis, podendo ocupar vários espaços de representação em simultâneo, ou em função das oportunidades transitar de uma organização para outra. Durante a pesquisa deparamo-nos com este desafio de legitimidade, no caso do Fommur/Amudeia, em que as participantes para além de representarem a Amudeia representam a OMM como secretárias, mas

---

<sup>5</sup> *Para a pesquisa, entendemos activistas profissionais, para os casos em que as pessoas trabalham na associação e fazem do projecto político institucional o seu projecto de vida. Activista, em si não é nenhuma profissão, qualquer pessoa pode ser activista na área que melhor se identifica.*



também casos em que os projectos e as oportunidades foram ditando a que instituição e grupos a pessoa representa.

*Eu primeiro trabalhei com Amodefa, como educadora de pares, e quando terminou o projecto **linkage** viemos para ABEVAMO. Depois do projecto **linkage** nasceu o projecto **passos** aqui na ABEVAMO, onde fui nomeada como navegadora de pares do centro de saúde primeiro de Maio. (Mulher jovem, participante das microacções).*

A mobilidade pode ser vista, no contexto dos privilégios junto do Estado ou doadores, faz com que algumas pessoas das organizações da sociedade civil ocupem cargos públicos em simultâneo com posições-chaves na sociedade civil. Temos vários casos destes nas associações, lideranças que usam a sociedade civil como trampolim para ascender ao poder, e muitas vezes colocam em causa o projecto político das organizações, porque não podem dar a cara e ficam no silêncio inviabilizando as reivindicações das mulheres.

#### b. *Limitada articulação entre a sociedade civil formal (legalizada, institucionalizada) e a informal*

Para tal é necessário conectar com esses grupos, para além das ONG e redes de ONGs, algo que tem sido difícil, conforme indicam as falas abaixo:

*“Será que temos a legitimidade para representar essas mulheres todas e como estamos a fazer? A representação tem que ser feita partindo do diálogo. Talvez a gente precise de mudar alguma coisa...as vezes nós esperamos que criem uma associação e se filiem, não olhamos para ela sem associação.”*

*“Não é preciso uma mulher estar numa associação/organização para se afirmar com cidadã. A associação não é o único caminho para o reconhecimento dos direitos.” (Membro da equipa da pesquisa).*

*“Como podemos fazer para ter outras vozes de pessoas que não estão dentro dos fóruns e redes? Como comunicamos com e ouvimos melhor deles?” (Mulher jovem, membro da equipa da pesquisa).*

*“Temos que começar a chamar pessoas que não estão necessariamente dentro de uma organização.” (Mulher jovem, membro da equipa de pesquisa).*

Este enfoque em mulheres em associações é um efeito de uma tendência que reduz a acção colectiva ao trabalho das ONGs e suas redes. Transformar esta tendência exigirá que as organizações revejam os seus projectos políticos e práticas, introduzindo maneiras de trabalhar que fomentem a comunicação com e aprendizagem de outras formas de acção social e política das mulheres livres de amarras e restrições organizacionais. Nesse sentido, algumas participantes na pesquisa referiram iniciativas desenvolvidas no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres pois encorajaram-nas a “*vasculhar em todos os sítios para poder trabalhar com as mulheres*”. (Membro da equipa de pesquisa).

Devem ser potencializadas todas as formas de cidadania, porque elas ajudam a fortalecer a democratização do Estado e da sociedade civil. As associações precisam gerar dinâmicas que lhes permita captar os sinais emitidos por outros grupos, e cidadãs/os para retroalimentar o seu projecto político.

#### c. *Distanciamento em relação aos cidadãos e cidadãs*

A ligação entre as associações ou rede de associações aos cidadãos e cidadãs, é largamente afectada pela longa cadeia de intermediação que existe na relação entre as redes e as associações que são seus



membros directos, e estes por sua vez com os seus constituintes. Que se estende as organizações internacionais que fazem papel de intermediários junto as agências de cooperação. Neste processo todo, perde-se muito tempo em processos burocráticos que distraem as associações de focalizarem no contacto cidadãos/os. Conforme indicam as falas abaixo:

*“Será que temos a legitimidade para representar essas mulheres todas e como estamos a fazer? A representação tem que ser feita partindo do diálogo. Talvez a gente precise de mudar alguma coisa...as vezes nós esperamos que criem uma associação e se filiem, não olhamos para ela sem associação.” (Mulher jovem, membro da equipa de pesquisa).*

*“Não é preciso uma mulher estar numa associação/organização para se afirmar como cidadã. A associação não é o único caminho para o reconhecimento dos direitos.” (Mulher adulta, participante da pesquisa).*

*“Como podemos fazer para ter outras vozes de pessoas que não estão dentro dos fóruns e redes? Como comunicamos com e ouvimos melhor deles?” (Mulher jovem, participante da pesquisa).*

*“Temos que começar a chamar pessoas que não estão necessariamente dentro de uma organização.” (Mulher jovem, participante da pesquisa).*

Este enfoque em mulheres em associações é um efeito de uma tendência que reduz a acção colectiva ao trabalho das ONGs e suas redes. Transformar esta tendência exigirá que as organizações revejam os seus projectos políticos e práticas, introduzindo maneiras de trabalhar que fomentem a comunicação e aprendizagem de outras formas de acção social e política das mulheres livres de amarras e restrições organizacionais. Nesse sentido, algumas participantes na pesquisa referiram iniciativas desenvolvidas no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres pois encorajaram-nas a “*vasculhar em todos os sítios para poder trabalhar com as mulheres*”.

As reflexões das participantes na pesquisa apontam ainda para a necessidade de as mulheres activistas despirem-se dos seus próprios preconceitos e estereótipos em relação as mulheres, como um ponto de

partida importante para poderem chegar a elas. É imperativo desconstruir o maternalismo que informa muitas das suas intervenções em que as outras mulheres são percebidas como objecto de suas intervenções ao invés de sujeitos políticos; esta percepção fica evidente em falas que defendem que é preciso fazer com que as mulheres saibam que há pessoas que as representam e de fazer com que elas “se sintam representadas”.

### 3.6 Hierarquia, autoridade, burocracia, relações desiguais de poder nas organizações

As relações de poder nas organizações da sociedade civil não são debatidas, elas são silenciadas criando uma cultura de medo. Aumentado as fragilidades das mesmas, porque o nível de participação na tomada de decisão é limitado pelas relações de dependência que existe entre os membros, que são muito vulneráveis devido a sua condição financeira. As associações que não tem sede própria, não tem órgãos sociais funcionais, não pagam quotas são mais tímidas na colocação dos seus posicionamentos, e sentem que pelo facto de não cumprirem com as normas de legitimidade formal não tem direito a palavra. Existem relações de poder para manter-se no poder, arranjos feitos, lideranças que migram de uma organização para outra. Permanecem cinco anos como director/a numa associação e presidente numa outra, e vão fazendo de forma intercalada nas diferentes organizações.

#### a. Tensão entre falar pelas mulheres e criar condições para as mulheres falarem em primeira pessoa

O slogan “nada para nós sem nós” é usado por vários grupos como uma exigência do seu direito de participar activamente em processos que afectam as suas vidas. Nada para nós expressa a recusa em aceitar que iniciativas e agendas, supostamente em seu nome, sejam desenhadas, aprovadas e defendidas sem o seu envolvimento, como ilustra a fala de Esperança, directora executiva da Abevamo, “o nosso slogan na nossa organização é nada para nós sem nós; ninguém pode decidir para nós sobre o que nós queremos.” Esta exigência vai para além da participação meramente decorativa ou da simples partilha de informação e demanda a partilha do poder de tomada de decisão. Este clamor não é só dirigido aos representantes do Estado mas também aos representantes da sociedade civil.

Enquanto a maioria das presentes defendia que os homens não tem legitimidade para representá-las, por vezes com recurso a argumentos essencialistas, outras questionavam a ideia que ser mulher lhes garantia automaticamente um conhecimento sobre experiências e necessidades de todas as mulheres. Alertando sobre a tendência de falar das mulheres como se fossem um grupo homogéneo, assim como, para a necessidade de as mulheres prestarem mais atenção as suas diferenças e a forma como estas podem (in) visibilizar e excluir certos grupos de mulheres. Tal implicará, conforme sugere uma das participantes, desenvolver mecanismos para diminuir a separação entre os vários grupos de mulheres, sobretudo entre as *activistas profissionais*<sup>6</sup> e as demais mulheres, para “*compreender os problemas de todas as mulheres*”.

*“Se a jovem A não trabalhasse na Lambda por exemplo eu sei que ela é activista e a jovem B é activista, e para ser activista não precisaria necessariamente trabalhar com essas organizações eu também me considero activista e não trabalho na Lambda.” (Jovem participante das microações).*

*“Bom no meu lado há resistência sim das meninas, porque eu posso ter um convite para uma, duas ou três mulheres para um debate. Quando eu convido, ela pode dizer esta bem estarei contigo amanhã, quando chega a hora da participação, a primeira coisa que me pergunta: você já recebeu na associação?” (Mulher jovem, participante nas microações).*

Estas duas falas esclarecem o que acima nos referimos ao conceitualizar o termo *activistas profissionais*, que pode trazer alguma confusão na interpretação literal da expressão. Mas, delimitamos o mesmo para reforçar a necessidade de distinguirmos que activismo não é uma carreira profissional.

*“Eu não tenho como ter legitimidade sobre coisas que ainda não domino, eu preciso fazer trabalho de campo para perceber como elas vivem, o facto de eu viver alguns aspectos não significa que eu conheço os problemas. Acho que deviam ser feitos mais encontros informais que iríamos sentar e falar de aspectos do dia-a-dia, não ainda envolver a questão da política e aspectos legais. Acho que é importante não nos prendermos nas caixinhas – acho importante compreender os problemas de todas as mulheres. Devemos sair da zona de conforto e abandonar um pouco os escritórios.” (Mulher jovem, membro e participante da pesquisa).*

As diferenças entre as mulheres ficaram evidentes nas falas de algumas trabalhadoras de sexo presentes que sublinharam a capacidade de representarem-se a si mesmas e a diferença entre falar por um grupo cujas experiências não vivemos em primeira pessoa e falar por um grupo do qual fazemos parte.

---

<sup>6</sup> Para a pesquisa, entendemos *activistas profissionais*, para os casos em que as pessoas trabalham na associação e fazem do projecto político institucional o seu projecto de vida. *Activista*, em si não é nenhuma profissão, qualquer pessoa pode ser activista na área que melhor se identifica.



*“Ninguém precisa representar as trabalhadoras de sexo, elas mesmo falam.” (Mulher jovem, participante da pesquisa).*

*“Eu digo que represento a mim mesma - sou educadora de pares das trabalhadoras de sexo - para me representar não precisa ser uma pessoa de longe.” (Mulher jovem, participante da pesquisa).*

A ideia de ser parte do grupo representado foi também sublinhada por outras participantes. Por exemplo, uma mulher idosa que foi uma activa sindicalista contou que actualmente, o seu activismo centra-se nos direitos da pessoa idosa, grupo com o qual ela se identificava nesta fase da sua vida: *“eu não sou ponto focal ou porta-voz do que outro grupo vive, eu sou parte e falo como parte.”* Contudo, não se trata de apenas falar pelos grupos com os quais se partilham identidades, mas de trazer as experiências e vozes desses grupos garantindo, sempre que possível e não os ponha em risco, que falem em primeira pessoa. A fala abaixo é elucidativa,

*“Nós deveríamos ter condições de trazer as próprias pessoas para permitir que as pessoas falem em primeira voz, ao invés de apenas ser as porta-vozes. Nem sempre temos que ser as porta-vozes. Como fazemos essa gestão dos espaços que temos que levar quem vive o problema e que espaços devemos ser nós como porta-vozes. Com as mulheres rurais – uma organização membro defendia que as mulheres rurais não estavam preparadas para falar em primeira voz. Enquanto outras pensavam que podíamos prepará-las para falar em sua própria voz.” (Mulher jovem, membro da equipa de pesquisa).*

As conversas com mulheres lésbicas revelaram as dificuldades de ter mulheres a dar a cara pelos direitos destes grupos, algo também relatado por outros grupos de mulheres que falaram das “desvantagens da representação”, mas que nestes grupos apresenta aspectos particulares devido ao estigma e discriminação associados.

Estas falas mostram a importância de alianças com outros grupos de mulheres assim como de outras vozes que apoiam a sua causa e defendam os seus direitos, sem necessariamente pertencerem ao grupo, mas como actos de solidariedade.

*“Eu acho que as manifestações, devem ser feitas de alianças, tem muitas outras pessoas e organizações que não fazem parte da mesma causa, mas podem dar a cara e o suporte político a vossa adenda. As marchas poderiam ser inclusivas, é um movimento LGBT mas poderiam convidar outras organizações que é para não serem só vocês por exemplo a aparecerem e a dar a cara.” (Membro da equipa de pesquisa).*

#### **b. O lugar dos homens (e organizações de mulheres geridas por homens)**

Na pesquisa, o *slogan/palavra de ordem* “nada para nós sem nós” apareceu sobretudo no contexto de debates sobre se os homens podem representar as mulheres. Por exemplo, as participantes numa das oficinas que organizamos defendiam que os homens podiam trabalhar em prol dos direitos das mulheres mas que tal deveria concentrar-se no trabalho com os homens, especificamente na reflexão sobre modelos hegemónicos e alternativos de masculinidade. As mulheres defendiam que as iniciativas promovidas pelos homens deveriam ser em colaboração com as mulheres e não em substituição das suas vozes, pois podem falar sobre si mesmas e defender os seus interesses melhor.

*“Nós gostaríamos que os homens continuassem sim a defender direitos humanos de mulheres, mas numa perspectiva de masculinidades, de eles representarem os homens e trabalharem com os homens para construírem uma nova maneira de ser e de estar, e de colaborarmos mais com*

*eles, de discutirmos mais juntos. Porque nós podemos sim, falar por nós mesmas sim.”*  
(Mulher Jovem, Oficina Abril 2018)

*“Discutimos será que os homens tem legitimidade para representar as mulheres e achamos que não. Sentimos que os homens não tem que aparecer nos espaços públicos a nosso favor, quer dizer, a falar por nós.”* (Participante jovem, oficina de Abril de 2018).

*“Temos que arranjar uma maneira de estar a trabalhar com os homens, para não só dizer que estão a falar por nós. Porque nós podemos...conseguimos nos representar melhor.”*  
(Participante jovem, oficina de Abril de 2018).

*“Não podemos deixar os homens “dijear” os nossos assuntos.”* (Participante jovem, oficina de Abril de 2018).

As falas acima captam as perspectivas das participantes de que os homens não devem ocupar espaços nem assumir o protagonismo na defesa dos direitos das mulheres, sob o risco de silenciarem as vozes das mulheres, reproduzindo desta forma as relações desiguais de poder que dizem combater. O que uma das participantes articulou como “dijear” expressa esse receio que os homens assumam o controle/comando de assuntos e causas mulheres. “Djear” vem de *disc jockey*, a pessoa que escolhe e toca a música que outras pessoas irão ouvir ou dançar.

### c. Legalização e legitimidade

As fontes de legitimidade são bastante diversas, mas o mais importante a sublinhar com base no que foi dito acima é que as relações de representação que caracterizam o nosso contexto são assentes na legitimidade em relação ao Estado e outros actores. Assim, os indicadores dessa legitimidade são desenvolvidos em função das expectativas desses actores. O Estado determina os mecanismos institucionais e legais para constituição de representação legítima. Como explica a colaboradora do Fórum Mulher.

*“Nós temos um espaço de legitimidade formal, a partir das organizações que estão afiliadas ao Fórum Mulher e temos um espaço de prestação de contas a partir dos mecanismos institucionais que estão instituídos, que são assembleias, o qual é o espaço onde nós prestamos contas aos membros afiliados ao Fórum Mulher. Esse é o espaço legítimo e formal...”*

As organizações de cooperação (doadores) na sua relação com as OSC's tomam como principais indicadores de legitimidade os preceitos definidos pelo Estado, os estatutos publicados no Boletim da República e toda informação adjacente relativa a prestação de contas em sede da assembleia geral da organização etc. Aqui está patente outro grande desafio que é o facto de que a prestação de contas referenciada nos estatutos raramente se estende a não-membros ou a comunidade. Portanto, tanto para o Estado como para os doadores conta mais o histórico de prestação de contas dentro da organização e perante outros doadores do que necessariamente na “base”.

No caso da Lambda, o Estado recusa o seu registo como entidade representante legal da comunidade LGBT, não a reconhecendo como representante legítimo. A Lambda é um bom exemplo para visualizarmos complexidade da legitimidade, uma vez que mesmo não existindo formalmente, é a única representante da comunidade LGBT+, e tem relação com as agências de cooperação. Por um lado podemos considerar mais uma vez a nobreza da “causa” e o facto de ser uma pauta internacional importante como fonte de legitimidade, mas também é importante questionar quais são as outras fontes de legitimidade a Lambda. Num estudo de caso realizado em 2014 pela Lambda, identificamos como fonte de legitimidade, o Hiv e Sida, pelas evidências dos casos de infecção entre homens que fazem sexo como homens. Por esta via a Lambda é convidada a fazer parte de alguns grupos de trabalho a nível do governo, exemplo do grupo de preservativos do MISAU (Ministério da Saúde). E fez parte do processo de elaboração do PEN III (Plano Estratégico de prevenção e combate ao hiv e sida) podemos observar



que este reconhecimento não se estende a parte política, ele é somente assistencialista.<sup>7</sup> Porque se pretende com a redução da infecção, melhoria dos indicadores do país, mas sem gerar nenhuma mudança no reconhecimento legal, na aceitação social da homossexualidade.

#### d. A geografia da legitimidade

Outro indicador de legitimidade é a **representação numérica e abrangência** que desafia a capacidade da organização de “mobilizar”. Este elemento é bastante problemático pois encerra em si questões como sou legítimo porque represento/controlo um grande número de pessoas e isto confere legitimidade para negociar com o Estado e com parceiros /agentes internacionais, as agências internacionais no processo de apoio as OSC's impõem números de beneficiários, etc. Este ponto também incentiva a que as organizações procurem estender a sua acção a vários espaços, tornar-se de âmbito nacional, tornar-se uma rede no sentido de quanto mais abrangente maior a sua legitimidade.

A força o impacto da sociedade civil reside muito na sua capacidade mobilizar e de mostrar números concretos, é uma mobilização não para a causa, para o movimento e para a consciência política, mas para a demonstração da causa através das pessoas e da capacidade que a organização tem de mobilizar, de encher os ambientes.

Pela percepção de que só se chama a atenção do Estado e dos doadores com números, as associações se organizam suas metas em função desses números, porém, temos várias pessoas que são membros das organizações mas que não a conhecem, pessoas que participam de actos cívicos mas que não tem a dimensão de empoderamento e de prestação de contas desejada.

---

<sup>7</sup> TAIMO, Nelia Vera. Estudo de Caso Associação Lambda.2014 Disponível em: <http://rajatorrent.com.lambdamoz.org/index.php/recursos/publicacoes/7-associacao-lambda-estudo-de-caso/file>. Acesso em: 23 Out.2018.

#### 4. Conclusões e Recomendações

##### *Em que medida a mediação das organizações do movimento de mulheres é uma forma de representação política efectiva e inclusiva?*

Esta pergunta é relevante, pois se por um lado, as teorias de mudança das OSCs sublinham a importância de transparência, partilha de informação, consulta, mobilização social e apoio dos cidadãos e cidadãs às suas iniciativas; por outro lado as OSCs não possuem mecanismos para envolver de maneira efectiva e inclusiva as suas constituências, em processos internos e externos de tomada de decisão.

As práticas de articulação a nível da sociedade civil, são fortemente influenciadas pela disponibilidade dos recursos nas organizações, o que impacta negativamente no desenvolvimento de dinâmicas com os grupos que não são formalmente parte das organizações. O enfoque da coordenação está concentrado para atender as demandas dos doadores, e menos das populações afectadas e comunidades. Associado à falta de abertura, para reconhecer outras fontes de legitimidade no seio sociedade civil, fora das

formalmente instituídas. Esta limitação na diversificação das formas de legitimidade, interfere no nível de inclusão e representação.

O que resulta igualmente no baixo compromisso do Estado em relação à implementação das políticas públicas, uma vez que as organizações têm actuado ao nível de provisão de serviços e menos de criação de demandas e identificação de pautas que ampliem a cidadania. Esta concentração na assistência, fragiliza a parte política das instituições, porque coloca o peso significativo do tempo institucional em acções pouco produtivas sob ponto de vista de geração de novos direitos.

Por outro lado, existe uma erosão do papel do Estado na implementação das políticas públicas e provisão dos serviços, porque é maioritariamente dependente das fontes de financiamento externo e quase nada dos recursos públicos. Esta situação é reflexo do fraco envolvimento dos cidadãos na governação local e falta de prestação de contas desde os governos distritais até ao central. Evidenciados pelos casos sucessivos de corrupção que tem afectado de forma negativa o acesso aos serviços públicos pela população.

Como forma de dar seguimento à pesquisa, as organizações envolvidas devem definir mecanismos de coordenação que lhes permita incorporar a participação dos diferentes grupos de mulheres e comunidades na definição das prioridades da agenda. E reforçar as acções de monitoria da implementação das políticas públicas, e a integração da representação e legitimidade como questões fundamentais para a sustentabilidade política das organizações.





## 5.Referências Bibliográficas

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? EN Daniel Mato (coord.), Políticas de cidadania e sociedade civil em tempos de globalização. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf>. Acesso em: 08 Out.2018.

EYES, Tinie Van. Solidariedade ou comércio: As ONGS não governamentais em Moçambique. Maputo,2002. Pág.151. Disponível em: [www.sigila.msh-paris.fr](http://www.sigila.msh-paris.fr) acesso a 09 de Out.2018.

FRANCISCO, António. Sociedade Civil em Moçambique: Expectativas e Desafios. 2010. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE\\_Des2010\\_3.SocCivil.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_3.SocCivil.pdf). Acesso: 08 Out.2018.

FÓRUM MULHER. Relatório de Avaliação Intermédia do plano Estratégico 2014-2018, Maputo. consultoras: Solange Rocha e Unaiti Jaime, 2017.

GAVENTA, John. Finding the Spaces for Changes: A Power Analysis. IDS Bulletin Volume 37 Number 6, November 2006 Institute of Development Studies.

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e Movimento de Mulheres. Recife: SOSCorpo-Instituto Feminista para Democracia, 2013.63p

TAIMO, Nelia Vera. Estudo de Caso Associação Lambda.2014 Disponível em: <http://rajatorrent.com.lambdamoz.org/index.php/recursos/publicacoes/7-associacao-lambda-estudo-de-caso/file>. Acesso em: 23 Out.2018.

TAELA, Kátia. Identity and Agency in South-South Relations: Brazilian Development workers and Mozambique. PhD Dissertation0 University of Sussex, 2017.

TOPSØE-JENSEN et al. Estudo sobre o Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique. Maputo: Altair Assessores e da Agriconsulting SL, 2015.